

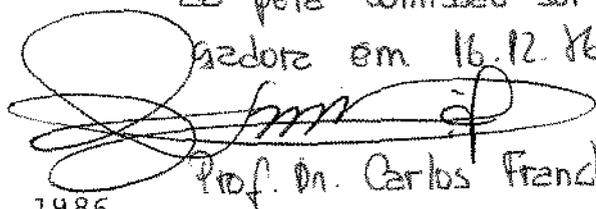
A NATUREZA DEÍTICA DO
ARTIGO DEFINIDO

por

Lígia Negri

Dissertação apresentada ao
Departamento de Lingüísti
ca do Instituto de Estudos
da Linguagem da Universida
de Estadual de Campinas
como requisito parcial pa
ra obtenção do título de
Mestre em Lingüística.

Este exemplar é a
redação final da
tese defendida por
LÍGIA NEGRI e é prove-
do pela Comissão Jul-
gadora em 16.12.86


Prof. Dr. Carlos Franco

Campinas - 1986

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Dedicatória

A meu pai, Annibal,
(que não viu também o cometa,
minha mãe, Lala,
pela irredutível confiança.

e, a meus irmãos: João, Fúlvio
e Valentina

Agradecimentos

Gostaria de registrar aqui uma série de pessoas que nesses anos todos me acompanharam e fizeram da minha relação com a Linguística uma questão mais emocionante. Essa enumeração, contudo, poderia ficar muito extensa devido a esse caso já tão longo.

Há, no entanto, alguns nomes que quero relembrar: Rodolfo Ilari e Marco Antonio de Oliveira dos idos da graduação, João Wanderley Geraldi e Carlos Alberto Faraco, colegas e mosqueteiros da pós, o carinho, hoje, quase "vinte anos depois".

Dos amigos de vários estados de espírito e geográficos que partilharam dos mesmos males e vales: Valcéria Licks, Sonia Cabeda, Elvira França, Domingos Morey, e Lúcia Rocha que "penou" junto.

E, principalmente, minha admiração e gratidão pela competência e cordialidade do Prof. Carlos Franchi pelo paciente acompanhamento deste trabalho, por cujas falhas, obviamente, não é responsável.

Quero ainda agradecer a Esmeralda Macedo e Carmen Palma, pela receptividade e presteza com que colocaram tudo no papel.

Agradeço à CAPES E FAPESP pela concessão de bolsa de estudos no período em que estive vinculada ao programa de mestrado em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas.

RESUMO

O presente trabalho pretende confrontar a hipótese relativa à natureza dêitica do artigo definido em oposição a outras hipóteses explicativas.

Dessa forma, o primeiro capítulo procurou verificar a abordagem referencial do artigo definido, segundo o enfoque lógico que postulou a unicidade do referente, e os contrapontos a esse tratamento.

O segundo capítulo abrange o que se chamou de abordagens lingüísticas, que englobam desde o tratamento tradicional das gramáticas passando por estudos gerativistas, até análises que se optou chamar, dêiticas. Esse capítulo apresenta uma discussão a respeito da conceituação de dêixis a partir do trabalho de M. Lahud (1979), e ainda as objeções que as propostas aí contidas podem acarretar.

Finalmente, o terceiro e último capítulo apresenta uma revisão das hipóteses discutidas nos capítulos precedentes, um estudo de ocorrências e usos do artigo definido e de outros determinantes, e a opção por um tratamento dêitico para o definido que se julgou mais adequado para dar conta da natureza pragmática desse mesmo artigo.

Autor: Lígia Negri

Orientador: Carlos Franchi

ÍNDICE

	Pág.
Resumo.....	
Capítulo 1 - Análises Lógico-Filosóficas.....	01
1.0 Colocações Gerais.....	01
1.1 Frege e Russell.....	02
1.2 Reichenbach.....	05
1.3 Strawson.....	08
1.4 Alguns contrapontos às hipóteses explicativas apresentadas.....	15
Notas do capítulo 1.....	23
Capítulo 2 - Análises Lingüísticas.....	25
2.0 Apresentação.....	25
2.1 Abordagens tradicionais.....	25
2.2 Abordagens gerativistas.....	34
2.2.1 - Abordagem Chomskyana	34
2.2.2 - Abordagens "transformacionais"	35
2.2.3 - Uma proposta semântico-gerativa.....	44
2.2.4 - Algumas discussões sobre as propostas apresentadas -.....	52
2.3 - Abordagens dêiticas	62
2.3.1 - O que é 'Dêixis' ?	62
2.3.2 - Algumas concepções dêiticas a respeito do artigo	71
2.3.3 - Um tratamento sobre os determinantes....	73
2.3.4 - O artigo como elemento coesivo	78
2.3.5 - A abordagem segundo Lyons	84
2.3.6 - Outra abordagem dêitica	89

Notas do capítulo 2	92
Capítulo 3 - Conclusões da investigação	95
3.0 - Revisão das várias hipóteses sobre o artigo definido	95
3.1 - Um problema de indefinição ou definição da e na gramática: a relação definido x indefinido	101
3.2 - Estudo de Casos	109
3.2.1-Quanto à distribuição	109
3.2.2-Quanto à gradação de especificação	114
3.2.3-Diferentes usos do artigo definido	124
3.3 - A função do artigo no discurso: o <u>o</u> por fim	127
Notas do Capítulo 3	133
Bibliografia	135

CAPÍTULO 1 - ANÁLISES LÓGICO-FILOSÓFICAS

"Nem as regras aris-
totélicas nem as
russellianas forne-
cem a lógica exata
de qualquer expres-
são da linguagem or-
dinária, pois a lin-
guagem ordinária
não tem uma lógica
exata."

Strawson

1.0.- Colocações gerais

Alguns tratamentos lógicos que se ocupam do pro-
blema da referência envolvem o ARTIGO DEFINIDO. Tais abor-
dagens, contudo, estão muito mais ligadas a problemas de
Identidade, Referência, Condições de Verdade, Quantificação,
etc, problemas esses que não são as preocupações essenciais
dos lingüistas nas suas abordagens do fenômeno da Lingua-
gem. Não se quer dizer aqui que lingüistas não se ocupam
desse tipo de questões, apenas deve-se ressaltar que tais
problemas têm peso diferente nas abordagens acima, o que
não nos permite aplicar soluções de um modelo a outro, sob
pena de nos desviarmos das questões fundamentais do modelo
em foco, ou ainda, apresentar um tratamento inadequado pa-
ra o novo modelo.

Com relação ao problema da referência, por exem-
plo, M. Bierwisch afirma que as preocupações de lógicos e
lingüistas são orientadas inversamente:

"I presume, in other words, that in
this respect the quantification
theory of modern logic and the
linguistic semantic theory are
radically different in that they take
the inverse direction: whereas

quantification theory takes individuals as the starting point from which exhaustive and partial sets are constructed by means of universal and existential quantification, linguistic semantics probably has to start with sets as primitive terms which may further be specified with respect to the participation of their elements in particular state of affairs. This means that what is a particular case in linguistic semantics has been taken as basic one within the quantification theory according to the special purpose of its construction."

(Bierwisch, 1970: 416)

Além de M. Bierwisch, também M. Lahud ressalta a diferença de enfoques entre filósofos e lingüistas quanto à questão da referência.

Para os lógicos, diz ele, há uma relação estreita entre significação e referência - a significação é definida em função do referente - enquanto que para lingüista o signo é alheio à referência, como diz Saussure, define-se semiologicamente.

Assim sendo, iremos considerar os tratamentos lógicos dispensados ao ARTIGO DEFINIDO tendo sempre em vista, entretanto, essa diferença de ótica.

1.1. - Frege e Russell

Tanto B. Russell, como G. Frege, tratam do problema do ARTIGO DEFINIDO e sua relação com o indefinido. Ambos partem do ponto de que as línguas naturais são imperfeitas logicamente, e pretendem buscar uma estrutura subjacente às línguas naturais e eliminar com isso as imperfeições, vaguidade, ambigüidade e dependência contextual da linguagem comum (do discurso cotidiano).

A concepção da estrutura lógica de Frege está mais próxima da estrutura gramatical das línguas naturais do que a de Russell, uma vez que para ele as sentenças equivalem a proposições que contêm nomes próprios (que têm como significado um objeto determinado e não um conceito ou uma relação) aos quais são atribuídos predicados (que denotam, estes sim, um conceito). A essa proposição são atribuídos Valores de Verdade dentro de uma lógica bivalente - V ou F - , e esse valor de verdade só é atribuído na medida em que é verificado se o nome próprio contido na proposição possui um referente (uma denotação) e se a esse referente se aplica ou não o predicado a ele atribuído.

Para Frege, quando o nome próprio não possui referência, a proposição não pode receber um valor de verdade. Isto advém do fato de não ser possível verificar a adequação do predicado a nenhum objeto real caso o nome próprio não faça referência a nenhum, nesse caso, para ele, o valor da proposição fica indeterminado.

O problema das descrições definidas está diretamente ligado com o da referência dos nomes próprios. A função do artigo definido para Frege é tornar nome próprio o substantivo que o sucede.¹ Essa função requer por sua vez, em face da referência a que o artigo definido remete, que se estabeleça uma condição de unicidade pressuposta pelo uso desse artigo.

Dessa forma para ele, um nome próprio contendo uma descrição definida remeterá a um e apenas um referente:

"... ao invés de 'a raiz quadrada de 4 que é menor que zero' pode se também dizer 'a raiz quadra-

da negativa de 4'. Temos aqui o caso de construção de um nome próprio a partir de uma expressão de conceito com o auxílio do artigo definido singular, o que se pode fazer sempre que cai sob o conceito um e apenas um objeto."

(Frege, 1892)

Também B. Russell apresenta na sua Teoria das Descrições Definidas a condição de unicidade do artigo, se bem que de forma diversa da utilizada por Frege.

A representação lógica, feita por Russell, de sentenças da linguagem ordinária, não é próxima da estrutura gramatical dessas sentenças, e é feita através de uma conjunção de proposições.

Assim, para esse autor, uma proposição contendo uma descrição definida não tem como forma lógica a aparente estrutura gramatical sujeito-predicado. Ele, inclusive, alerta contra lógicos que incorrem no perigo de confundir a forma gramatical de um enunciado da linguagem ordinária com sua forma lógica, uma vez que a preocupação desses filósofos é a de construir uma linguagem logicamente perfeita sem as limitações da linguagem comum.

Russell representa, logicamente, o ARTIGO DEFINIDO por um operador de unicidade - o operador '1'.² Assim uma proposição contendo uma descrição definida como:

(1.1.) "O atual rei da França é calvo."

é equivalente a:

"a) Uma e somente uma coisa é rei da França,
e b) essa coisa é calva".

que recebe um valor de verdade em função da descrição definida ser própria ou imprópria, e do resultado da con-

junção das proposições envolvidas.³

Nesse caso basta que uma das proposições seja falsa para que o valor da conjunção também o seja. Para Russell portanto, ao contrário de Frege, quando temos uma descrição definida imprópria a proposição toda não fica indeterminada, mas recebe o valor de verdade F (falso).⁴

As propostas de Frege e Russell apontam a condição de unicidade, que se apresenta pelo emprego do artigo definido, como a diferença entre o uso desse artigo e o do indefinido que não teria essa indicação de singularidade. Tais propostas divergem entretanto, quanto à representação lógica da unicidade desse artigo, que aparece como operador, e portanto, parte do conteúdo assertado na proposição de Russell.

1.2. - Reichenbach

Para Reichenbach (1947), uma descrição é um método utilizado pela linguagem para caracterizar um objeto particular, tal como o fazem os nomes próprios.

Para o autor, as descrições podem ser de vários tipos:

1 - Descrições dadas através de um predicado, ou de uma combinação deles, escolhidos de maneira tal que exista apenas uma coisa que o satisfaça.

Ex.: 'O homem que viu pela primeira vez a re
tina humana viva' (= 'Hermann Von Helmholtz')

Esse tipo de descrição é dado por um predicado cuja extensão é um indivíduo.

2 - O segundo tipo contém, em adição ao predi-
cado, um nome próprio de um indivíduo através do qual ou-
tro indivíduo é determinado.

Ex.: 'A mãe de Napoleão'

Nome próprio: Napoleão

Predicado de 2 lugares: mãe.

O indivíduo em questão é determinado como o
indivíduo que tem a relação 'mãe' com Napoleão.

Outros exemplos do segundo tipo: 'casa de
João', 'o navio em que Colombo descobriu a América', etc.
Esse tipo de descrição é, segundo Reichenbach, o mais u-
sado.

Com relação a descrição com artigo definido
ele diz:

"We indicate the existence of one, and only one, corresponding thing by putting the definite article before the description. Thus we say 'the king of England', and employ this expression like a proper name as an argument in sentences, for instance in the sentence 'the king of England was crowned in Westminster Abbey'. We must not combine the definite article with the phrase 'King of France'; sentences thus constructed, like 'the king of France is a Frenchman', are false because they include the assertion that there is such a person. The use of the word 'the' distinguishes the sentence from the mere implication 'if there were a king of France he would be a Frenchman', a sentence which is presumably true. On the other hand, the article 'the' construed with a singular noun excludes also the case that there is more than one individual satisfying the description

With Peano and Russell we use for description the notation
 $(\exists) f(x)$ (I)
 meaning 'the thing x having the property f'. The operator in this expression is an inverted Greek ' ι ', and is therefore called the iota-operator; 'x' in this expression, is a bound variable. The object described will be called the descriptum."
 (Reichenbach, 1947:257/8)

Nesse ponto Reichenbach ao descrever a unicidade do artigo definido através do operador iota e ao considerar que uma sentença que possui uma descrição de finida imprópria **contém** a asserção existencial remetida pelo mesmo artigo, aproxima-se muito da abordagem realizada por Russell, basicamente suas posições são as mesmas.

Uma frase como a apresentada acima:

(1.2.) 'O rei da França é um francês'

ficaria para Reichenbach (bem como para Russell) da se guinte maneira:

(1.2.) (a) Existe uma e somente uma coisa
 que é rei da França
e (b) Essa coisa é francês.

No que tange ao artigo INDEFINIDO, Reichenbach está em concordância com os dois autores já mencionados; para eles o artigo indefinido indica que existe um ou mais indivíduos que satisfazem o predicado, sendo a con dição de unicidade omitida:

"The phrase 'a man' may be regarded as an indefinite description, i. e., a description of an indefinite individual; it asserts existence but does not state uniqueness. For the

indefinite description the
 symbol ' (η x) f (x) ' is used; ..."
 (Reichenbach, 1947: 264/5)

Em relação aos operadores iota (ι) e eta (η), Reichenbach faz algumas considerações sobre sua utilização em formalizações, sugere equipá-las com regras escopo para evitar problemas de ambigüidade que tais formulações possam acarretar.

Ele ainda alude a duas construções com artigo definido negligenciadas por Frege e Russell:

- a) construções de generalidade
- b) construções com nomes no plural

"Uma descrição na qual o artigo definido é combinado com um nome plural configura um tipo de função descritiva heterogênea. Então a frase 'The brothers of x' determina a classe dos irmãos de x.

A condição de unicidade requerida para descrições definidas é satisfeita para descrições de classes de fato, desde que haja sempre uma e apenas uma classe de tipo descrito, mesmo que seja uma classe nula. Na descrição de classes o artigo definido assume o sentido de 'all'; então 'the brothers of x' significa o mesmo que 'all brothers of x'. O sentido de 'all', de generalidade, é encontrado também em combinações simples do artigo definido com um nome de classe na forma plural, como em 'the Greeks were polytheists'.

1.3. - Strawson.

Passaremos agora ao tratamento que Strawson dá ao artigo definido em seu "On referring" (1971). Esse autor

irá tratar nesse artigo de expressões que têm uma utilização referencial individualizante, ou seja expressões utilizadas para mencionar ou fazer referência a um objeto singular, acontecimento particular, lugar ou processo.

Nesse artigo irá se ocupar da Teoria das Descrições Definidas de Russell que trata de expressões como as já mencionadas. Para Strawson, tal teoria contém erros fundamentais.

Para uma frase como:

(1.3.) ' O rei da França é sábio '.

todos concordam que esta frase é significativa embora não exista atualmente nenhum rei da França.

Uma das perguntas que a Teoria das Descrições destinava-se a responder era a de como uma sentença como (1.3) podia ser significativa mesmo quando não houvesse nada que correspondesse à descrição que ela contém.

Russell preocupava-se em responder corretamente a esta pergunta, uma vez que ela rejeitava uma resposta alternativa apresentada por Meinong (que tentava postular a existência de um mundo de entidades irreais denotadas por expressões do tipo (1.3), e que Russell rejeita porque ela entra em conflito com a lei da contradição.⁵

Russell chega à conclusão de que uma sentença só pode ser significativa quando:

1 - a forma gramatical de sentenças como (1.3) é enganosa com relação à sua forma lógica, e tais sentenças devem ser analisáveis como um tipo especial de sentenças existenciais.

2 - o sujeito gramatical de (1.3) for um nome logicamente próprio, i.e., que designe um objeto singular, cuja significação é a coisa individual que ele designa.

Strawson contesta essa conclusão de Russell e a base dessa crítica está no fato de Strawson apresentar as seguintes distinções:

- A1 - uma sentença
- A2 - uma utilização de uma sentença
- A3 - uma elocução de uma sentença

e

- B1 - uma expressão
- B2 - uma utilização de uma expressão
- B3 - uma elocução de uma expressão

Strawson convencionou explicitamente utilizar aqui o termo 'expressão' para designar uma expressão que possua uma utilização referencial individualizante, e o termo 'sentença' para sentenças que começam por tais expressões.

O que ele entende por 'uma sentença' é o que é invariável no tempo, espaço, independe do locutor e condições de elocução. Assim a frase (1.3.) é a mesma sentença se dita hoje, no reinado de Luís XIV, ou de Luís XV. Por outro lado, dois interlocutores podem fazer a mesma utilização de uma sentença para falar de Luís XIV, ou fazer utilizações diferentes da mesma sentença: uma utilização para falar de Luís XIV e outra de Luís XV, embora em cada caso, mesmo no de mesma utilização de sentença tenhamos elocuições diferentes da mesma sentença, segundo cada interlocutor.

Para Strawson, assim como dizemos que alguém utiliza uma sentença para exprimir uma proposição verda

deira ou falsa, podemos também dizer que alguém utiliza a expressão para mencionar ou fazer referência a uma pessoa particular ao utilizar a sentença para falar dessa pessoa.

Assim a mesma expressão pode ter diferentes utilizações mencionadoras como uma mesma sentença pode ser utilizada para fazer enunciados com diferentes valores de verdade.

Mencionar ou fazer referência a algo é, para Strawson, característica de uma utilização de uma expressão, assim como verdade e falsidade são características de uma utilização de uma sentença.

Para ele a questão de saber se uma sentença é significativa ou não, nada tem a ver com a questão de saber se a sentença proferida numa ocasião particular, está sendo ou não, naquela ocasião, utilizada para fazer uma asserção V ou F, ou com a questão de saber se a expressão está sendo utilizada, naquela ocasião para mencionar algo.

Strawson afirma que a origem do erro cometido por Russell encontra-se no fato de que este autor confundiu as expressões com suas utilizações num contexto particular, e desse modo confundiu 'significar' com 'mencionar', 'fazer referência'.

Para Strawson "a significação de uma expressão, contudo, não é o conjunto de coisas ou a coisa particular a que se pode fazer referência ao utilizar corretamente a expressão: a significação é o conjunto de regras, hábitos e convenções que determinam a utilização da expressão para fazer referência." (Strawson, 1971:273).

Ex.: A significação de 'isto' não são os pos

síveis referentes que a expressão possa tomar, mas sim as convenções que regem a sua utilização.

A questão da verdade ou falsidade, para Strawson, não se coloca para uma elocução da frase (1.3). Na verdade, para ele, se alguém proferisse tal sentença nós não diríamos que essa frase é V ou F, mas sim que o locutor deveria estar enganado, pois a França não é uma monarquia e não existe um rei da França.

A sentença (1.3.) 'O rei da França é sábio', é portanto significativa, mas isso não quer dizer que qualquer utilização particular que dela seja feita é verdadeira ou falsa. O fato da sentença e expressão serem significantes, consiste no fato de que a sentença poderia ser utilizada, em certas circunstâncias para dizer algo V ou F, e de que a expressão poderia ser utilizada, em certas tais circunstâncias, para mencionar uma pessoa particular; e conhecer a significação de uma e outra é conhecer que tipo de circunstâncias são essas.

Esse tipo de utilização 'secundária', como chamaria Strawson quando uma sentença é proferida sem de fato mencionar ninguém, é muito comum em romances, contos de ficção.

Uma frase como (1.3.) 'implica' num sentido especial de implicar, como classifica Strawson, i.e. , tem como implícito uma proposição existencial, no caso, "Existe um rei da França". Para ele quando alguém se utiliza de uma frase como (1.3.), esse alguém não está asertando, nem o que ele diz implica logicamente uma proposição existencial individualizante.

A função do artigo definido é, para Strawson, a de atuar como um sinal de que uma referência individualizante está sendo executada. A utilização do artigo definido 'o' na expressão 'o tal-e-tal' mostra, mais nunca enuncia, que estamos nos referindo, ou temos a intenção de nos referir a um indivíduo particular da espécie 'tal-e-tal', qual será esse indivíduo particular, é uma questão que seria determinada a partir do contexto, do tempo, lugar e de outras características da situação de elocução.

Assim quando alguém utiliza a expressão 'o tal-e-tal' de modo referencial individualizante, presume-se que o usuário acredite que existe algum indivíduo dessa espécie e que o contexto de utilização determinará adequadamente qual é o indivíduo que ele tem em mente.⁶

Para ele é necessário distinguir dois tipos de utilização de uma expressão:

- uma utilização referencial individualizante
- uma utilização predicativa ou atributiva⁷

A finalidade das convenções que governam as utilizações de tais expressões está em assegurar, juntamente com a situação em que são proferidas, unicidade de referência.

O requisito que deve ser preenchido para que uma expressão seja, na sua utilização atributiva, corretamente aplicada, consiste apenas em que a coisa seja de certo tipo, que possua certas características.

O requisito que deve ser preenchido para que uma expressão, na sua utilização referencial, seja cor-

retamente aplicada a uma coisa determinada, é algo que vai além do requisito da significação atributiva, é o requisito de que a coisa se encontre em certa relação com o locutor e com o contexto de elocução, que Strawson chama de requisito contextual.

Strawson trata ainda da questão de referências indefinidas.

Quando temos frases iniciadas da seguinte forma: 'uma pessoa me disse que...', 'Alguém me disse que...' que segundo a teoria russelliana seriam sentenças existenciais mas não existenciais individualizantes, Strawson afirma que essa classificação é errada sob os seguintes aspectos:

- 1 - Quando se utiliza uma sentença com esse tipo de expressões não se está assertando que a classe dos homens, das pessoas não é nula. Isto está implícito mas não é o que está sendo assertado.
- 2 - Está implícita também a unicidade de referência tanto quanto numa frase começada como 'a mesa'.

Para ele portanto, a diferença entre a utilização dos artigos definido e indefinido pode ser expressa da como se segue:

a) - utilizamos 'o':

- 1 - Quando uma referência prévia foi feita, e quando 'o' assinala que a mesma referência está sendo feita (em que teríamos um uso anafórico do artigo definido).
- 2 - Quando, na ausência de uma referência in

definida prévia, espera-se que o contexto (incluindo o conhecimento que se presume por parte do ouvinte) permita a esse dizer qual referência está sendo feita (neste caso teríamos um uso dêitico do artigo definido).

b) - utilizamos 'um':

- 1 - Quando essas condições não são preenchidas
- 2 - ou quando, embora uma referência definida pudesse ter sido feita, desejamos omitir a identidade do indivíduo ao qual estamos fazendo referência. Essa é a utilização primordial de frases como 'uma certa pessoa' ou 'alguém' que possuem um referente específico embora não explicitado pelo locutor. Tais expressões podem ser expandidas em 'alguém, mas não estou te dizendo quem' mas não em 'alguém, mas não saberias (ou eu não sei) quem'.

1.4. Alguns contrapontos às hipóteses explicativas apresentadas.

Consideremos os seguintes exemplos:

(1.4.) Um homem morreu na cruz para nos salvar. (é Jesus Cristo)

(1.5.) Uma mulher conquista a Academia Bra-

sileira de Letras.

(Manchete de jornal quando foi eleita Rachel de Queiroz).

(1.6.) Um brasileiro na final de nado me dley em Los Angeles (= Ricardo Prado).

Podemos observar, nesses casos, que a descrição introduzida pelo artigo indefinido não se refere a um elemento qualquer do conjunto que o nome delimita (como pretende a caracterização geral do artigo indefinido), mas sim refere-se a um indivíduo específico e perfeitamente identificável pelo locutor.

A partir da possibilidade da utilização do artigo indefinido, quer como inespecífico quer como específico, D. Kaplan (1976) faz uma comparação entre a Teoria das Descrições Definidas e Indefinidas de Russell⁸. Basicamente é a respeito do uso específico do artigo indefinido que Kaplan questiona o tratamento de Russell.

Segundo Kaplan, pelo menos para a gramática superficial, em determinados contextos as descrições indefinidas podem funcionar como termos, i.e., como nomes próprios.

(1.7.) Um senador de New York sustenta Rockefeller (= Jacob Javits).

Ora, para Russell um nome próprio denota uma pessoa e uma só, se as descrições indefinidas, como afirma Kaplan, podem ser tratadas como nomes próprios pela gramática e se há casos em que elas denotam um indivíduo específico, então não podemos utilizar a condição

de unicidade como critério para caracterizar as descrições definidas, uma vez que essa condição não é exclusiva destas descrições.

Uma segunda objeção que pode ser apontada com relação à hipótese da unicidade remetida pelo uso do artigo definido é a de K. Donnellan (1966), retomada por B.H. Partee (1976).

Para esses autores, o artigo definido e as construções em que ele ocorre podem gerar ambigüidade, ou apresentar dois usos distintos:

- numa interpretação o artigo definido é tomado como referencial: o objeto por ele designado é um indivíduo/objeto específico.
- e numa segunda interpretação o artigo definido é tomado como não-referencial ou atributivo: o objeto por ele designado é um a que se aplique a descrição dada, embora inespecífico.

Consideremos o seguinte exemplo (apresentado por B. H. Partee):

(1.8.) - João quer matar o homem que mora no apartamento 3.

e que pode ser parafraseado por:

(1.8.) (a) - João quer matar um homem específico, que é Pedro (e que por acaso mora no apartamento 3).

- USO REFERENCIAL -

(1.8.) (b) - João quer matar o homem que mora no apartamento 3 (qualquer que seja ele) porque faz muito barulho.

- USO ATRIBUTIVO -

Através de exemplos como esses podemos observar que o artigo definido não apresenta um único uso que denote apenas um referente. Sendo assim, verificamos que o critério da unicidade de referente não é um critério satisfatório para a caracterização do artigo definido pelas duas razões já apontadas: a primeira porque inclui o artigo indefinido, quando de seu uso específico que também apresenta essa característica referencial, e a segunda porque não distingue diferentes usos do próprio artigo definido.

Essas duas objeções levantadas, descartam as hipóteses explicativas apresentadas por Frege, Russell e Reichenbach, na medida em que tais hipóteses têm como principal ponto de apoio a condição de unicidade de referência do artigo definido.

Há contudo, ainda, uma terceira contra-argumentação desenvolvida por R. Kempson (1975) e que diz respeito à condição de unicidade do artigo encarada como pressuposição.

R. Kempson fundamenta sua argumentação em dois pontos essenciais:

1 - na oposição à lógica de três valores de verdade adotada por Strawson;

2 - na recusa de que haja ambigüidade da nega-

ção quando há uma descrição definida na sentença.

Para a autora, a abordagem de Strawson, para considerar o valor de verdade de uma frase como (1.9.), é inadequada.

(1.9.) - The exhibition was not visited by the king of France - France hasn't got a king.

'A exibição não foi visitada pelo rei da França. A França não tem um rei.'

Aí, segundo ela, Strawson se ocupa do tópico do enunciado (onde o tópico de um enunciado é aquilo sobre o que o enunciado é. Então, à medida em que o tópico do enunciado varia, varia também o seu valor de verdade.

Assim para o exemplo (1.9.):

a) se o tópico for 'the exhibition' então é F (falso) dizer que a exposição foi visitada por uma pessoa não-existente.

b) se o tópico for 'the king of France', como no exemplo acima esse NP não possui referente, não há tópico sobre o qual atribuir o valor de verdade do predicado.

A autora critica o ponto de vista de Strawson porque alega que os valores de verdade da proposição ficam dependentes da informação que o falante pretende transmitir ao ouvinte, as condições de verdade não seriam mais definidas como uma relação entre um enunciado abstrato e um estado de coisas particular, mas em relação a um falante, um ouvinte e um estado de coisas.

Por outro lado, R. Kempson revela que a teoria dos três valores de verdade é falsa se considerarmos o seguinte argumento:

P é um enunciado nem V, nem F
então: o enunciado 'P é V' é falso
se é falso que 'P é V', então P deve ser F
mas o enunciado 'P é F', é também falso.
Se é falso que 'P é F', então 'P é V'
Portanto, P é tanto V quanto F

Uma vez que isto é por si mesmo contraditório a teoria dos três valores de verdade é falsa.

Por outro lado, muitas das contradições não existiriam uma vez que a conjunção de uma sentença contendo NP definido sua contraparte negativa não seria necessariamente falsa. Poderia não ser V nem F.

Para essa concepção de verdade a afirmação de que o sentido de uma sentença é o conjunto de Condições de Verdade, teria que ser abandonada, uma vez que a verdade de uma sentença nesse ponto de vista não depende só da relação entre as partes constituintes da sentença, objetos e relações a que eles se referem, mas também da informação que o falante quer transmitir.

Dessa forma, não se pode dizer que as sentenças tenham um sentido particular independente do contexto em que são faladas. O sentido dependeria da informação já conhecida de antemão pelo falante e sua audiência.

Um segundo argumento da autora diz respeito ao escopo da negação quando há uma descrição definida na sentença.

Russell afirma que nesse caso há ambigüidade, e podemos ter negação interna e negação externa. A nega -

ção interna é definida como a falsidade do operador lógico ' \sim '. Ex:

P	$\sim P$
V	F
F	V
$\sim (V \vee F)$	$\sim (V \vee F)$

A negação externa é representada pelo símbolo ' \neg ' e pode receber duas definições:

A)	B)																
<table style="border-collapse: collapse; margin: auto;"> <tr> <td style="padding: 5px;">P</td> <td style="border-left: 1px solid black; padding: 5px;">$\neg P$</td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">V</td> <td style="border-left: 1px solid black; padding: 5px;">F</td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">F</td> <td style="border-left: 1px solid black; padding: 5px;">F</td> </tr> <tr style="border-top: 1px solid black;"> <td style="padding: 5px;">$\sim (V \vee F)$</td> <td style="border-left: 1px solid black; padding: 5px;">V</td> </tr> </table>	P	$\neg P$	V	F	F	F	$\sim (V \vee F)$	V	<table style="border-collapse: collapse; margin: auto;"> <tr> <td style="padding: 5px;">P</td> <td style="border-left: 1px solid black; padding: 5px;">$\neg P$</td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">V</td> <td style="border-left: 1px solid black; padding: 5px;">F</td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">F</td> <td style="border-left: 1px solid black; padding: 5px;">V</td> </tr> <tr style="border-top: 1px solid black;"> <td style="padding: 5px;">$\sim (V \vee F)$</td> <td style="border-left: 1px solid black; padding: 5px;">V</td> </tr> </table>	P	$\neg P$	V	F	F	V	$\sim (V \vee F)$	V
P	$\neg P$																
V	F																
F	F																
$\sim (V \vee F)$	V																
P	$\neg P$																
V	F																
F	V																
$\sim (V \vee F)$	V																

A é mutuamente exclusiva
com a negação comum

Entre as possíveis interpretações das sentenças negativas, há uma em que as propriedades referenciais de um NP caem sob o escopo da negação.

O que R. Kempson questiona é que se a implicação de referência do NP definido pode cair dentro do escopo da negação (embora isto não seja necessário), então a relação de referência parece ser uma relação de "acarretamento" ('entailment') e não pressuposição, uma vez que o pressuposto não pode ser negado.

Isto descarta a hipótese de Frege para quem a unicidade do artigo definido é um pressuposto.

A autora irá definir "acarretamento" como "uma relação transitiva tal que para quaisquer sentenças S_1 ,

S_2 e S_3 , se S_1 'acarreta' S_2 e S_2 'acarreta' S_3 , então se gue-se que S_1 'acarreta' S_3 ". (R. Kempson, 1975:89).

Para ela, portanto, nas línguas naturais não há diferença entre pressuposição e acarretamento.

O que se pode deduzir a partir dos contrapon-
tos aqui apresentados é que nenhum tratamento lógico é a-
dequado para explicitar a natureza ou a caracterização do
artigo definido, porque nenhum desses tratamentos dá conta da di
versidade de usos do artigo em questão, nem de seu carã-
ter pragmático.

NOTAS DO CAPÍTULO 1

- 1 - Mary Kato, em seu livro A Semântica Gerativa e o Artigo Definido, (1974), faz uma ressalva a condição necessária de Frege. (Para maiores detalhes veja-se a obra citada p. 76).

- 2 - O operador ' \uparrow ' será explicitado com clareza, mais adiante, na resenha de Reichenbach.

- 3 - A descrição definida é própria quando a ela corresponde um único objeto descrito, e imprópria quando não há nenhum ou há mais de um objeto descrito.

- 4 - No caso da proposição negativa da frase (1.1.) o valor de verdade varia, não só em função do valor de verdade da proposição afirmativa, mas também em função do escopo da negação, quando a ocorrência da descrição definida pode ser considerada primária (ocorrendo na proposição mais abrangente) ou secundária (ocorrendo na proposição encaixada). Voltaremos à questão quando da abordagem de R. Kempson.

- 5 - Meinong, em sua teoria, considera qualquer expressão denotativa gramaticalmente correta, como representativa de um objeto.
 Ex.: "O atual rei da França", "o quadrado redondo".
 supõem-se como objetos genuínos.
 Admite-se em tal concepção, que tais objetos não subsistem, mas, entretanto, eles são supostos de serem objetos.

Do ponto de vista da lógica formal, contudo, uma das três leis formais do pensamento, a lei da contradição, postula que nenhuma proposição pode ser ambos V e F, ou seja, $\neg (P \text{ e } \neg P)$.

Não pode se dar o caso então, de existirem objetos irreais denotados por expressões do tipo acima, e não existirem de fato tais objetos. Essa situação conduziria a dois valores de verdade diferentes para as proposições que os contêm, caindo dessa forma sob a lei da contradição.

6 - "Por contexto, entendo, diz Strawson, pelo menos , o tempo, o lugar, a situação, a identidade do locutor, os temas que constituem o foco imediato de interesse e as histórias pessoais, tanto do locutor, quanto daqueles a quem ele se endereça". Strawson , 1971, p:280).

7 - É importante notar aqui, que essa utilização do termo 'atributivo' é bem distinta da empregada por B. Hall Partee e K. Donnellan ainda neste capítulo. Estes últimos autores o empregam para caracterizar um uso determinado do artigo definido, enquanto que Strawson está se referindo a tipos de utilização de expressões.

8 - Fillmore, Lyons e outros autores também discutem a questão da especificidade do artigo indefinido.

CAPÍTULO 2 - ANÁLISES LINGÜÍSTICAS

'But the, according to Russell, is 'a word of very great importance', worth investigating even in prison or dead from the waist down."

Z.Vendler.

2.0. Apresentação

Neste capítulo iremos tratar de abordagens propriamente lingüísticas do artigo definido.

Os tratamentos aqui alinhados estão divididos em três diferentes seções:

- abordagens tradicionais
- abordagens gerativistas
- abordagens dêiticas

Pretendemos através desta divisão tratar dos diferentes enfoques que os modelos e teorias lingüísticas propõem para a questão e depreender os eventuais problemas que tais análises possam acarretar.

Consideraremos, portanto, aqui, desde o tratamento tradicional que as gramáticas dispensarem a essa categoria, até tratamentos mais recentes que a incluem como uma das manifestações da dêixis.

Passemos a eles, portanto.

2.1. Abordagens tradicionais.

As gramáticas tradicionais, geralmente, tratam do artigo definido como uma questão distribucional e

apresentam uma listagem de usos.

Vejamos, por exemplo, o tratamento que Celso Cunha (1978) dispensa ao artigo definido em sua Gramática do Português Contemporâneo, que é uma gramática recente, de larga utilização, e uma das que dispensa maior atenção ao assunto.

Celso Cunha, na obra citada, apresenta o seguinte quadro em relação aos artigos:

" - Dá-se o nome de artigos às palavras o (com as variações de gênero e número) e um (com as variações de gênero e número), que se antepõem aos substantivos para indicar:

a) que se trata de um ser claramente definido.

Ex.: A professora argüiu as alunas.

b) que se trata de um simples representante de dada espécie, isto é, de um ser indefinido ou indeterminado.

Ex.: Uma professora qualquer fará a saudação."

Para ele, a determinação dos substantivos varia em função do determinante que o acompanha, a determinação torna-se mais precisa, à medida em que se passa do artigo indefinido para o definido e depois para o demonstrativo.

O artigo definido, para esse gramático, é sinal de notoriedade, de conhecimento prévio por parte dos interlocutores do ser ou objeto mencionado.

O artigo, diz ele, de um modo geral, é a pa

lavra que introduz o substantivo, indicando-lhe o gênero e o número. Assim qualquer palavra precedida de artigo torna-se um substantivo;

Ex.: Que sonho envenenado lhes responde, se o poeta é um ressentido, e o mais são nuvens?

(C. Drummond de Andrade)

ou usado para destacar gênero e número dos substantivos:

Ex.: o cliente, a cliente.
o pires, os pires.

O autor passa então a enumerar os possíveis usos do artigo definido:

"A - Como demonstrativo

Partimos no momento para São Paulo.
(neste)

B - Com possessivos

Este cinto é o meu.
(em que o artigo definido evidencia o objeto como distinto de outros da mesma espécie não pertencentes à pessoa em questão.)

C - Uso do artigo pelo possessivo

- antes de substantivos que designam:

a) partes do corpo

Tenho os olhos rasos d'água.

b) peças do vestuário, ou objetos de uso marcadamente pessoal.

Pedro abriu o bolso, tirou a carteira e pagou o que lhe exigiam.

c) faculdades do espírito.

Parece que ele perdeu a memória.

d) relações de parentesco.

Ela não vê o pai há tempos.

D - Genérico

Artigo definido + substantivo no singular indica totalidade específica em gênero , categoria ou grupo.

O homem é mortal.

A inveja matou Caim.

Obs.: Pode-se dispensar o artigo quando o substantivo é abstrato, ou quando faz parte de provérbios, frases sentenciosas e comparações breves.

Pobreza não é vileza.

Cão que ladra não morde.

Preto como azeviche.

E - Como distributivo

O feijão custa Crz 100 o quilo. (cada quilo).

F - Uso obrigatório em Superlativo Relativo

Era o aluno mais estudioso da turma.

Era aluno o mais estudioso de turma.¹

G - Com Nomes Próprios

Usa-se, como ênfase, para criar intimidade ou ainda em casos acompanhados de qualifi-

cativos.

O romântico Alencar.

O Daniel de outrora.

- Omissão de Artigo Definido

Quando o gênero e o número do substantivo estão bem claros (por demonstrativos, nu merais, etc.) ou quando a noção expressa pelo substantivo tende a ser geral, na pela extensão no seu significado.

Ex.: Passei esta noite em claro.

Fui acusado de crime."

C.Cunha, 1978:

Celso Cunha lista ainda uma série de outros exemplos de usos do artigo definido que deixamos de lado por acreditar serem estes os mais importantes, e, também, porque os exemplos apresentados não passam de mera lista gem de casos diferentes sem que nenhuma hipótese explicativa para o uso do artigo em questão seja elaborada.

De um modo geral o procedimento de gramáticos ("tradicionalistas") é sempre esse. Utilizam-se basicamente da intuição, que, como vimos acima, corresponde fiel mente a fatos da linguagem e elaboram uma lista exaustiva das ocorrências de tais fatos, não apresentam, contudo, nenhuma hipótese explicativa do fenômeno.

Jerônimo Soares Barbosa, 1871 contudo, vai mais além, busca definir as categorias gramaticais e explicar suas sub-divisões.

Os artigos aparecem como sub-classes dos adjê tivos determinativos.

Os adjetivos para esse autor podem ser de

três tipos:

- determinativos: aplicam os nomes de classes e comuns a certos indivíduos particularmente;
- explicativos: quando aplicam à espécie uma qualidade essencial;
- restritivos: quando aplicam à espécie uma qualidade accidental.

Os adjetivos determinativos distinguem-se dos demais por três características:

- 1.^a - não causam mudança alguma na significação do nome comum, nem desenvolvendo-o como fazem os explicativos, nem limitando-o como fazem os restritivos. Eles apenas aplicam a significação de tais nomes aos indivíduos de sua classe; tomando-os coletivamente: todos os homens, nenhum homem - quer distributivamente: todo homem, cada homem; quer em parte: alguns homens - ; ou singularmente: o homem, este homem.
- 2.^a - sempre precedem o nome apelativo que determinam.
- 3.^a - não são suscetíveis de aumento, nem de graus na sua significação (nem para mais, nem para menos).

Os adjetivos determinativos, ainda, aplicam-se aos nomes comuns e os determinam a um sentido individual de dois modos:

- 1 - caracterizando-os por certas qualidades individuais :
QUALIDADE.
- 2 - contando-os e aplicando-os a certo número e quantidade de indivíduos: QUANTIDADE.

Para melhor observarmos essas subdivisões vejamos o quadro abaixo:

ADJETIVOS DETERMINATIVOS							
QUALIDADE				QUANTIDADE			
GERAIS		ESPECIAIS		UNIVERSAIS		PARTITIVOS	
Def.	Indef.	Pessoal	Demonst.	Posit.	Negat.	Vagos	Numerais
o	um	eu	este	todos	nenhum	muitos	um
		tu	aquele			alguns	primeiro
		meu					
		nossos					

Gerais - indicam que se toma o nome comum, ao qual se juntam, individualmente, em sentido determinativo, sem que eles mesmos o determinem per si.

Especiais - determinam o nome per si, individualizando-o por alguma qualidade ou circunstância particular, seja pessoal ou local, que os mostra.

Universais - aplicam o nome comum à totalidade dos indivíduos, quer afirmando-a como todo homem por isso positivas, quer negando-a nenhum homem e portanto negativos.

Partitivos - aplicam o nome comum a uma quantidade parcial de indivíduos, vaga como muitos homens, ou exata

e determinada como um homem, o segundo rei que são chamados numerais.

Soares Barbosa ainda acrescenta a respeito do artigo, que ele: "é uma palavra de que se serviram os gramáticos para designar certos adjetivos determinativos, monossílabos, frequentíssimos no discurso, que per si não têm significação alguma, mas postos antes dos nomes comuns, dispõem de antemão e adverte o ouvinte para tomar os ditos nomes em um sentido individual, ou já determinado pelo discurso e pelas circunstâncias, ou que se vai a determinar, ou que se não quer determinar.

Quando por exemplo oiço: o príncipe o artigo o me indica que o nome comum de príncipe, se deve tomar em sentido individual a circunstância do reino e nação em que vivo me determina; e quando oiço: Um príncipe é digno de casar com uma princesa. Um crime tão horrendo merece a morte; e o artigo um, uma, indica-me que se fala de um indivíduo e de um crime individual, mas vago, e que se não quer nomear." (Soares Barbosa, 1871: 99).

"Não é pois para indicar o gênero dos nomes apelativos que os artigos foram inventados, mas sim para os tirar de sua generalidade, e mostrar que se tomam em um sentido individual".² (Soares Barbosa, 1871.99).

O autor ainda especifica quando se deve usar artigo:

"- o artigo definido substantiva qualquer parte da oração e orações inteiras para poderem ser o sujeito ou objeto do discurso.
- os artigos da mesma forma que individuam, e os nomes próprios não podem ser individuados, quan

do se aplicam a estes fazem-nos passar de próprios a apelativos para os poder determinar. Assim se digo: este homem é um Cícero, e de Camões, o Homero Lusitano, e ainda assim os Brasis, as Goas etc, todos estes nomes próprios passam por virtude dos artigos a tomarem-se em sentido comum, e pelo gênero mesmo a que cada um pertence." (Soares Barbosa, 1871 : 100).

Soares Barbosa classifica o artigo definido levando em consideração justificativas históricas que os aproximam dos demonstrativos, e trabalha com uma classe ampla, a dos determinativos, levando em conta a natureza e a distribuição desses vocábulos.

O tratamento de J. Soares Barbosa com relação ao tratamento dado normalmente pelas gramáticas tradicionais é muito mais interessante, tanto do ponto de vista funcional quanto distribucional, e ainda, remete, no caso do artigo definido especificamente, às instâncias discursivas, à situação do discurso.

Temos ao lado das abordagens gramaticais tradicionais do artigo definido também propostas da gramática gerativa para essa categoria.

Mary Kato (1974), em sua tese de doutorado, apresenta três hipóteses de análise gerativa para essa questão.

Na primeira, o artigo definido é gerado pelo componente de Base (Chomsky, 65); na segunda o artigo é gerado pelo componente T's como resultado de uma redução de oração relativa; e ainda uma terceira hipótese, a da autora, na linha da semântica gerativa, em que o artigo definido é gerado por T's que envolvem elementos como foco, pressuposição, índices e natureza do conjunto refe-

rencial.

Vejam os rapidamente em que consiste cada uma.

2.2. - Abordagens gerativistas

2.2.1. - Abordagem Chomskyana

Chomsky, em Aspects of the Theory of Syntax (1965) não dá nenhum tratamento especial ao artigo, quer definido quer indefinido.

O artigo é introduzido na oração mediante regras de reescritura do componente de base, através do símbolo categorial "Det", isto é, "determinante", e este compreende a possibilidade de reescritura de várias outras categorias da linguagem, entre elas a do artigo.

O símbolo categorial "art" por sua vez é sub-categorizado em mais ou menos definido, e é um desses dois traços que irá determinar qual artigo inserir.³

Eis o fragmento das regras (57) da gramática gerativa de Aspects of the Theory of Syntax que introduzem o artigo:

- (57) " (VII) SN \longrightarrow (Det) N (F')
- (IX) $[+ \text{ det } -] \longrightarrow [+ \text{ numerável}]$
- (XVII) det \longrightarrow $[\text{pré-artigo de}]$ artigo
 $[\text{pós - artigo}]$
- (XVIII) artigo $\longrightarrow [+ \text{ definido}]$ "
- (Chomsky, 1965)

Chomsky acrescenta que na subcategorização do artigo, o traço $[+ \text{ def}]$ se realiza como the, e $[- \text{ def}]$ como \emptyset , antes de um nome incontável. Não é verdade que no

caso do artigo a retranscrição seja direta, como para os formativos gramaticais, como os artigos são habitualmente considerados.

Ele será subcategorizado em (XVIII), e é o traço binário. $\left[\begin{smallmatrix} + \\ - \end{smallmatrix} \text{ def} \right]$ que irá determinar qual artigo inserir, o qual será gerado portanto, segundo esse modelo, por um tipo de regra transformacional de sub-categorização estrita (transformações locais).

Esse modelo proposto por Chomsky em nada ajuda a elucidar a questão da natureza do artigo, apenas preocupa-se quanto à sua geração.

2.2.2 - Abordagens "transformacionais".

A segunda hipótese de análise gerativa apresenta o artigo definido não como resultado de regras de sub-categorização estrita, mas sim transformacionais, e aparece como elemento associado à presença de uma oração relativa.

Nessa linha estão as propostas de, B. L. Robbins (1968), C. L. Baker (1966), entre outros autores.

Para eles o artigo definido resulta geralmente de uma transformação, sendo considerado um fenômeno superficial, não podendo estar na base. As concepções de transformação, entretanto, variam para os autores apontados.

Robbins (1968), por exemplo, utiliza para sua análise o modelo gramatical de Harris (1951-1964), em que o componente de base só gera Kernels, e baseia-se no princípio de Harris de que as Kernels são independentes e combinam-se livremente. O artigo definido é resultado de uma

combinação de Kernels como uma "constante transformacional".

O artigo definido anafórico é, por sua vez, derivado de NPs que contêm uma oração relativa restritiva, que contêm o artigo indefinido antes do NP correferente ao NP em questão.

Ex.: "The girl who smiled recognized you",
'A garota que sorriu reconheceu você'.

deriva das Kernels:

K_1 - A girl recognized you.

K_2 - A girl smiled.

A. Karmiloff - Smith (1979) na resenha sobre "Determinantes e Referência" que faz em sua tese, aponta alguns problemas no tratamento feito por Robbins, tais como:

- palavras que pertencem a um conjunto unitário, como "lua", dificilmente poderão ser derivadas de oração relativa restrita ou de Kernels indefinidas subjacentes. É mais simples, segundo ela, alegar conhecimento de mundo partilhando entre os interlocutores.

- no caso de uso do artigo definido para substantivar modificadores, como se recuperaria a oração relativa?

Ex.: Os ricos prosperam.

Tal abordagem abre um caso especial para o genérico, uma vez que não é satisfatório derivar o uso genérico do indefinido.

Baker (1966) uma outra autora a dupla mencionada considera, como Robbins, o artigo como um fenômeno superficial.

A abordagem entre essas autoras, entretanto difere:

a) quanto ao modelo usado por cada uma: a inserção é feita na base para Baker.

b) a oração relativa para Baker tem a forma de oração existencial.

c) o indefinido (quando é específico) , para Baker também se origina de orações existenciais

Baker monta sua hipótese a partir do uso específico e inespecífico do artigo indefinido.

a) específico: quando se tem um referente.

Ex.: João pescou um peixe.

b) não-específico: quando não há referentes.

Ex.: João pediu um garfo.

Para ela o artigo indefinido específico resulta de uma oração existencial enquanto que o inespecífico não:

(a') Existe um peixe que João pescou.

(b') * Existe um garfo que João pediu.

A proposta dela para o artigo definido é a de que este resulta de uma oração relativa que contenha o artigo indefinido específico que, por sua vez, deriva de uma oração existencial.

Ex.: O livro que João quer esgotou.

[O # Existe um livro # que João quer o li
vro # # livro esgotou.]⁴

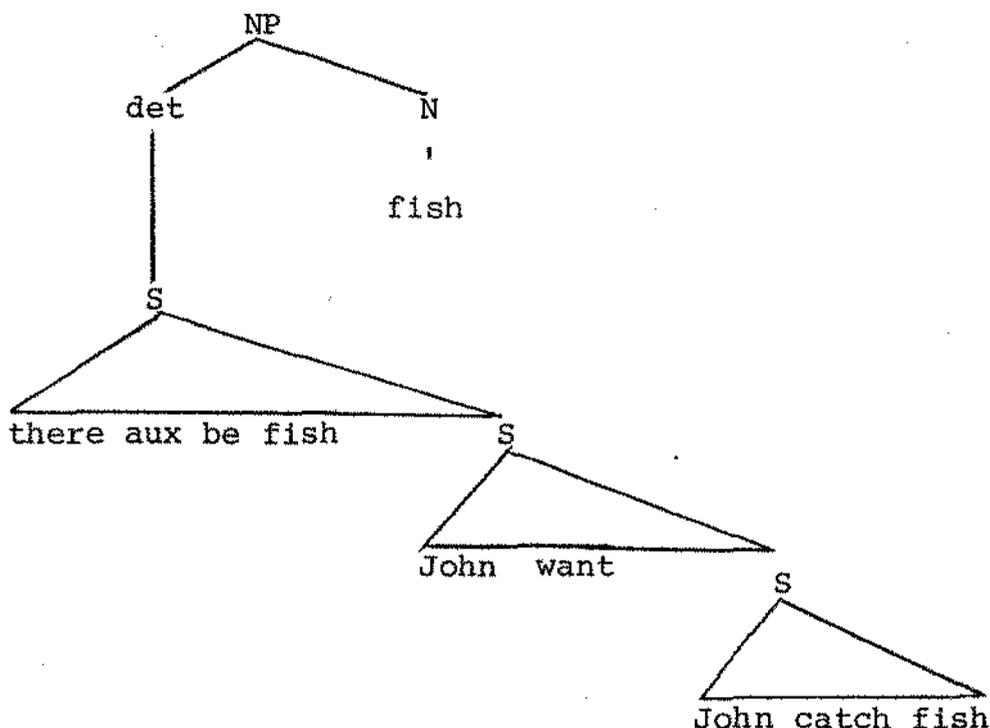
Ambos autores tratam do uso anafórico do artigo definido - " sua presença antes de um nome ao qual pertence aponta para uma ocorrência prévia do mesmo nome" - (Robbins (1968:129) - em que a oração que contém a menção prévia do nome é inserida no determinante.

Para a frase:

The fish: that John wants to catch.

'O peixe que John quer pegar.'

Baker propõe o seguinte marcador:



A oração mais encaixada teria o traço [+ def] em função da oração existencial que a domina.⁵

A abordagem que é feita por Robbins é crítica da por Jackendoff (1971), para casos em que a ocorrência de anáfora apresenta mais de um antecedente.

Ex.: Um homem viu uma criança, mas a criança não viu o homem.

que derivaria de:

Um homem viu uma criança, mas a criança que um homem viu, não viu o homem que viu uma criança.⁶

Uma outra análise que liga o artigo definido a orações relativas é a de Zeno Vendler (1967), muito em

bora ele a faça movido por questões diversas das vistas até agora. Esse autor está preocupado em caracterizar os 'termos' (tomados na acepção lógica, que os considera como entidades lingüísticas) segundo sua "quantidade" universal ou particular, isto é, segundo sua extensão.

Vendler, em seu artigo "Singular Terms" (1967), está preocupado com os termos particulares e os define como sendo aqueles que se referem a um e apenas um indivíduo.⁷

As classes de palavras que constituem essas expressões são as dos nomes próprios, dos pronomes pessoais e a dos nomes comuns, desde que introduzidos por pronomes demonstrativos ou possessivos, ou por artigo definido.

Com relação a termos particulares formados por artigo definido mais nomes comuns, que é o que nos interessa, Vendler postula o seguinte:

- O artigo definido é produto de uma oração relativa.
- O artigo marca a intenção do falante de esgotar a classe determinada pela oração relativa restritiva.⁸
- O artigo definido é uma marca de que uma oração relativa restritiva foi omitida mas pode ser recuperada.

Nesses casos teremos:

- omissão do PRO relativo quando ele estiver entre dois NPs (este caso não vale para o português, apenas para o inglês).

Ex.: The house (which) I see is burning.

'A casa (que) eu vejo está queimando.'

- omissão do PRO relativo mais cópula quando estiverem entre um NP e uma seqüência preposiciona

da. (Nesse caso, esta regra parece optativa em português.)

Ex.: Eu vejo a água (que está) no copo.

- O artigo definido é um mecanismo de ligação que torna o discurso contínuo com relação a um nome determinado.

Ex.: a) Eu tenho um cachorro e um gato. O ca-
chorro tem uma bola para brincar. Ge-
ralmentê o gato brinca com a bola tam-
bém.

b) Eu tenho um cachorro e um gato. Um ca-
chorro tem a bola.

enquanto a constitui um discurso contínuo ,
b não apresenta continuidade discursiva.⁹

A hipótese principal de Vendler é de que sem-
pre o artigo definido indica uma oração relativa restriti-
va ligada ao nome que ele, artigo, intróduz. Essa oração
pode estar omitida por questões da redundância de informa-
ção.

Dentre os casos em que o artigo definido apa-
rece sem que a oração relativa possa ser recuperada num
discurso anterior temos:

- Uso Dêitico -

Ex.: O presidente está doente.

cuja informação 'do nosso país' é omitida por ser desne-
cessária numa dada situação.

- Recurso Literário -

Ex.: O menino deixou a casa.

Começar uma narração assim induz o leitor a
penetrar no contexto literário criado pela narrativa. Cria
um vínculo de familiaridade entre o leitor e a situação

que o texto cria.

- Uso Genérico -

Ex.: O rato é um roedor.

cuja recuperação da relativa seria:

O [animal que é um] rato é um roedor.

que foi omitida, e o artigo transferido para o segundo nome porque o primeiro é geral demais e indica apenas, como informação adicional, a espécie do segundo nome que pode ser facilmente recuperável.

Há no entanto, segundo ele, nomes gerais de mais que não podem ser compreendidos numa espécie superior. Nesses casos não podemos utilizá-los com artigo definido genérico guardando a mesma significação que eles têm sem tal artigo.

Ex.: Macacos não usam ferramentas.

não pode ser parafraseada por:

Macacos não usam a ferramenta.

Para ele, assim como para nós, o artigo definido genérico não é uma simples variante de outras formas genéricas,¹⁰ ou seja, não é indiferente usar uma forma genérica por outra, muitas vezes o genérico com o artigo definido não pode ser parafraseado sem artigo ou mesmo com o indefinido.

Ex.: Existem dois tipos de felinos no Paraguai,
o jaguar e o puma.

Essa frase, segundo Vendler, não pode ser substituída sem prejuízo de significação nem por a nem por b.

a) Existem dois tipos de felinos no Paraguai ,
jaguar e puma.

b)* Existem dois tipos de felinos no Paraguai,

um jaguar e um puma.

b não é possível em português enquanto que a causa certa estranheza para os falantes. Parece que o uso do artigo definido, mesmo genérico, nesse caso, é obrigatório pela relação e delimitação do nome classificador antecedente.

Vendler trata ainda de uma outra forma de introduzir ou de constituir, termos particulares que é feita a partir da extração existencial.

Ex.: Há muito tempo existia um rei que tinha sete filhas. O rei...

Para ele a extração existencial é importante por constituir-se num critério para caracterizar ocorrências identificadoras.

Assim para frases como:

Eu vi uma casa. A casa...

Os cachorros encontraram um osso. O osso...

podemos ter as seguintes paráfrases:

Existe uma casa que eu vi.

Existe um osso que os cachorros encontraram.

enquanto que para sentenças não identificadoras como:

O gato é um animal.

Ele é um vendedor.

não podemos ter:

Existe um animal que é o gato.

Existe um vendedor que é ele.

como paráfrases.

Para o autor em questão, não é a sentença que contém a seqüência do artigo definido + N que acarreta a

asserção existencial, mas sim uma outra sentença cuja ocorrência é condição sine qua non para a existência de seqüência artigo definido + N de caráter referencial.

Com relação a esse ponto, ele diz que se pode objetar que a sentença identificadora pode não ocorrer, em muitos ela é apenas assumida ou pressuposta. A sua supressão deve-se a um recurso de economia - "nós não devemos nos preocupar em afirmar o óbvio". A elocução depende daquilo que o falante supõe explícito (óbvio) para o destinatário e isto não é relevante filosoficamente.

Parece-nos que a condição Vendler que rege a supressão da oração relativa, em casos de afirmação do óbvio, é determinada por um dos princípios convencionais estabelecidos por Grice (1967), a saber o da quantidade.

Dentre os princípios conversacionais de Grice temos o princípio básico da cooperação que compreende outros que são:

- 1 - Quantidade: não diga nada além do que interessa (nem mais, nem menos).
- 2 - Qualidade: não diga nada que não seja verdadeiro.
- 3 - Relevância: seja relevante, diga só o que interessa.
- 4 - Clareza: seja claro, inteligível.

Considerando, portanto, a abordagem de Vendler para o caso específico de não-ocorrência da oração identificadora, baseada num recurso de economia adotado

pelo falante, tal recurso parece estar apoiado no princípio de quantidade, e talvez no de relevância.

Retomando, há ainda casos em que, embora para uma seqüência definida possa ser recuperada uma descrição indefinida prévia, o interlocutor recusa-se a aceitar, não a asserção que contém a definida, mas a oração assumida pelo locutor ao assertar a frase.

Exemplo:

locutor (A) - O urso que eu matei ontem morreu.

interlocutor (B) - Mas você não matou nenhum urso.

Aí o que ocorre é que o interlocutor recusa não a frase de (A) mas sim a pressuposição que (A) faz ao emitir a frase acima, que é:

PP. de A - Eu matei um urso.

Nesse caso, instaura-se, segundo Ducrot (1977), um discurso polêmico, ou seja, o interlocutor nega-se a seguir a orientação discursiva imprimida pelo locutor, ao rejeitar a pressuposição que a sua asserção contém.

Nessas situações o que está sendo questionado não é a veracidade ou falsidade da asserção do locutor, i.e., o que é posto, mas sim a pressuposição que o falante faz ao emitir tal asserção, portanto não se recusa a asserção existencial ou a asserção definida, mas a pressuposição da frase assertada pelo falante.

2.2.3. - Uma proposta semântico-gerativa

A terceira linha de análise apresentada por

M. Kato (1974), ela a adota em sua tese de doutorado para tratar a questão do artigo definido, que é a linha da semântica gerativa e do modelo concebido por McCawley (1970).

A razão desta escolha, segundo ela própria, é que tal modelo "permite não só representar o escopo da asserção, como também o foco e pressuposição da oração".¹¹

Nesse modelo a EP que deve conter a representação semântica de um enunciado é formada de proposições e FNs, sendo que as proposições não contêm FNs, apenas índices ; a FN é um pressuposto, isto é, pertence ao universo do discurso, e as proposições contêm o foco ou a informação que se quer dar.

Mary Kato baseia também sua escolha deste modelo, na análise feita por K. e Kiparsky (1970), em que a pressuposição desempenha um papel importante para a caracterização de verbos factivos e não-factivos devendo vir portanto marcada na EP.

A autora, considerando as seguintes frases discutidas por B. Hall Partee:

(a) Three rules on this page are both explicit and easy to read.

'Três regras nesta página são tanto explícitas quanto fáceis de ler.'

(b) The three rules on this page are both explicit and easy to read.

'As três regras nesta página são tanto explícitas quanto fáceis de ler.'

ressalta que a diferença entre elas está na pressuposição

de que em (a) temos mais de três regras na página, enquanto que em (b) o número total de regras da página é três.

A partir daí, Mary Kato passa a defender a hipótese de que o artigo definido tem "o valor de um quantificador, cujo escopo são todos os elementos de um conjunto referencial:" (Kato, 1974:154)

Ela chega às seguintes conclusões com relação ao uso do artigo definido em Português:

"(1) A presença do artigo definido é obrigatória quando o conjunto referencial é unitário.

- O sol irradia calor.

(2) Quando o conjunto não é unitário e incluímos na asserção sobre ele a totalidade de seus elementos, o substantivo que denomina esse conjunto recebe o artigo e o morfema plural

- Os planetas gravitam em torno do sol.

(3) Quando o número de elementos desse conjunto é conhecido, o artigo definido pode vir seguido do numeral a eles correspondente:

- Os nove planetas gravitam em torno do sol.

(4) O substantivo pode vir acompanhado de um adjunto ou modificador e, nesse caso, o conjunto definido pelo substantivo é restringido a um subconjunto delimitado por esse adjunto. O traço semântico que atribui ao conjunto, a natureza unitária ou não, seria colocado na FN e não no substantivo.

Ex.: (a) rainha (conjunto ilimitado ou ∞)

(b) rainha da Inglaterra (conjunto limitado)

do maior que 1)

(c) rainha atual da Inglaterra (conjunto unitário)

(5) Nos itens anteriores, examinamos apenas casos onde a natureza do conjunto era dada por informações extra-lingüísticas. Ela pode, porém, vir expressa no discurso, ou até no âmbito da própria oração.

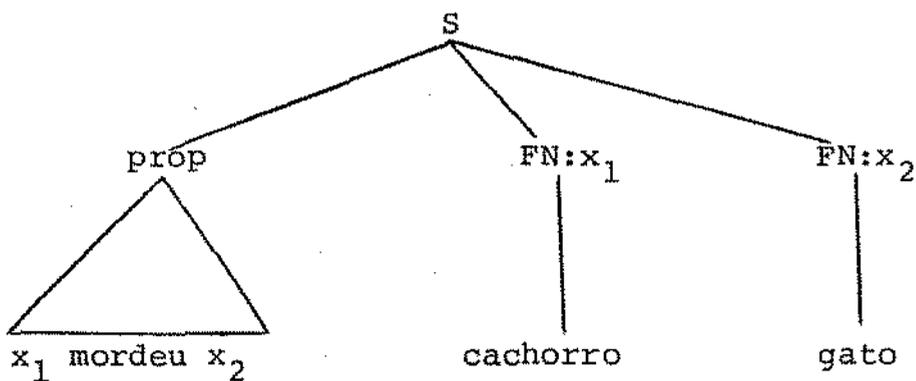
(5) (a) Conheci um lingüista em Londres. O lingüista é famoso por suas opiniões." (M. Kato, 1974: 110).

A representação de frases com diferentes ocorrências de artigo, fica, na proposta de Mary Kato, da seguinte maneira:

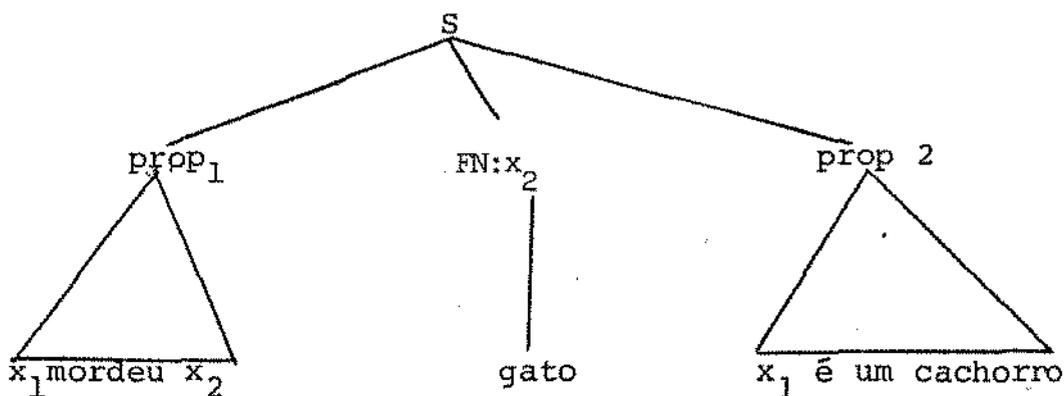
(A) O cachorro mordeu o gato.

(B) Um cachorro mordeu o gato.

(A')



(B')



Para frases com diferentes pressuposições, que como vimos anteriormente, para a autora segundo o modelo adotado, são representadas aqui pelas FNs, tais como as frases que se seguem, ela propõe as EPs abaixo:

- (C) Procuro o homem que toca flauta.
 (D) Procuro um homem que toca flauta.
 (E) Procuro um homem que toque flauta.

Em C o locutor pressupõe a proposição C' como verdadeira, e que o interlocutor é capaz de identificar C'.

C' - Existe um e apenas um homem que toca flauta,

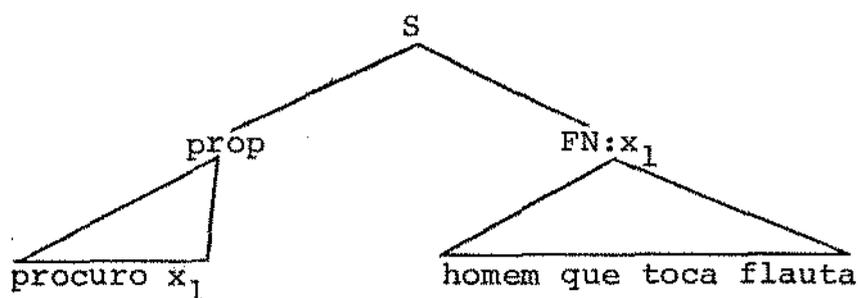
em D o locutor pressupõe verdadeira a proposição D'.

D' - Existe pelo menos um (o interlocutor poderá conhecer outros) que toca flauta;

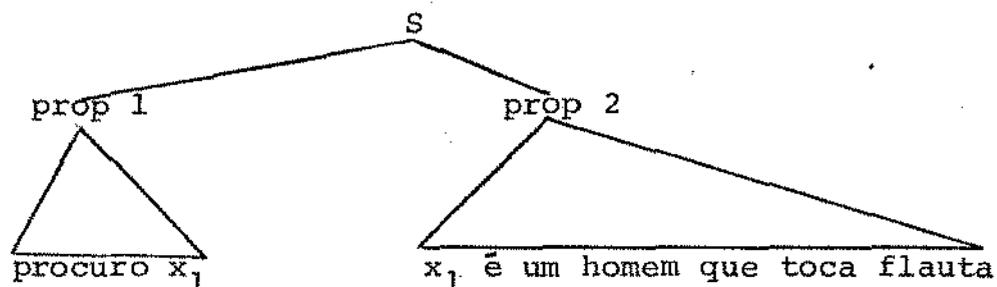
e em E o interlocutor não sabe se a proposição D' é verdadeira ou falsa.¹²

Essas interpretações são representadas, respectivamente, por:

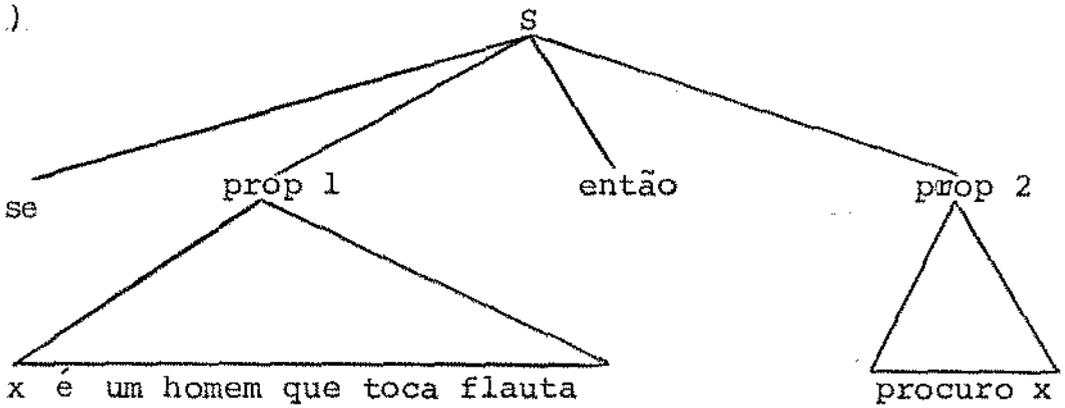
(C'')



(D'')



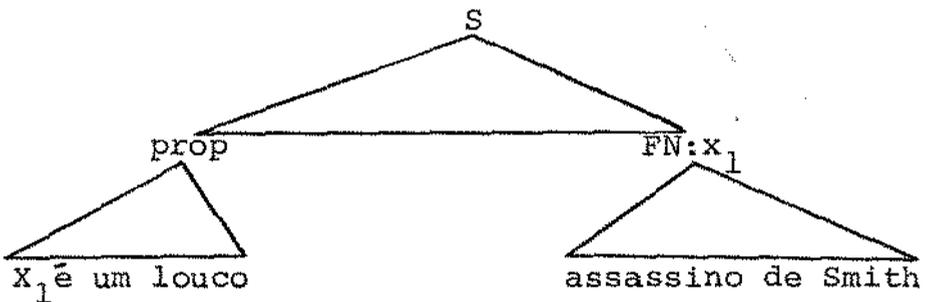
(E'')



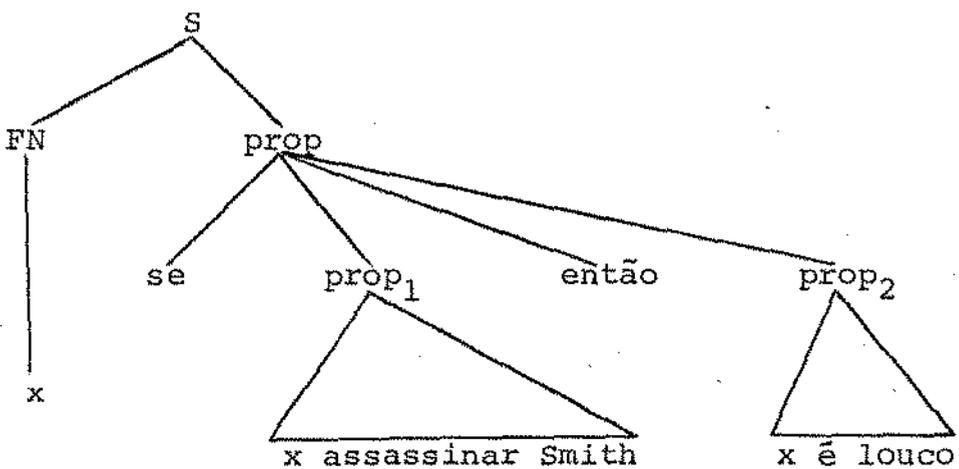
Ainda para uma sentença como (F), que possui uma ocorrência definida que pode ser lida como referencial ou atributiva, podemos ter as seguintes EPs:

(F) O assassino de Smith é um louco.

(F') com índice referencial.



(F'') sem índice referencial.



Apresentamos aqui um resumo das generalizações a que Kato chega a respeito de orações, suas pressuposi -

ções e regras transformacionais para a geração dos artigos:

1 - Em toda oração, podemos ter ou foco e pressuposição ou apenas foco. Teremos apenas foco se todo o conteúdo dessa oração for informação para o interlocutor, e teremos foco e PP (pressuposição) se parte da oração não contiver informação, isto é, for um pressuposto.

2 - As pressuposições virão sempre em forma de frase nominal, que será um índice ou uma proposição. Se for uma proposição, ela será obrigatoriamente nominalizada e como resultado dessa nominalização, a FN resultante terá um índice.

3 - A análise estrutural desses marcadores com proposições e índices conduzirá a transformações que gerarão, na estrutura superficial, o artigo definido ou indefinido no português e inglês e \emptyset , numeral ou indefinido no japonês.

São as seguintes as regras transformacionais que geram esses artigos:

(A) Regras T's que geram artigos definidos:

the - inglês

o/a/os/as - português

\emptyset - japonês

$$(I) (x_1 FV) \text{ prop } (x_1)_{FN} \Rightarrow (\text{def } x_1)_{FN}^{FV}$$

$$(II) ((x_1 x_2 \dots x_n) FV) \text{ prop } (x_1 x_2 \dots x_n)_{FN} \Rightarrow$$

$$\Rightarrow (\text{def } x_1 x_2 \dots x_n)_{FN} \quad FV$$

$$(III) (x_1 x_2 \dots x_\infty FV) \text{ prop } (x_1 x_2 \dots x_\infty)_{FN} \Rightarrow$$

$$\Rightarrow \left\{ \begin{array}{l} (\text{def } x_1 *x_2 \dots x_\infty)_{FN} \quad FV \\ (\text{def } x)_{FN} \quad FV \end{array} \right\}$$

(B) Regra transformacional que gera numeral + definido:

$$\begin{aligned} \text{(IV)} \quad (x_1 \text{ FV}) \text{ prop} \quad (x_1 x_2 \dots x_n) \text{ FN} &\implies \\ &\implies \{\text{numeral} + \text{de} + \text{def} x_1 x_2 \dots x_n\} \text{ FN} \text{ FV} \implies \\ &\implies (\text{numeral } x_1) \text{ FN} \text{ FV} \end{aligned}$$

(C) Regras transformacionais que geram artigo indefinido:

$$\begin{aligned} \text{(V)} \quad (x_1 \text{ é } N) \text{ prop} \quad (x_1) \text{ FN} &\implies (\text{def } x_1) \text{ FN} \\ &\text{é (indef) } N \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{(VI)} \quad (x_1 \text{ FV}) \text{ prop} \quad (x_1 \text{ é } N) \text{ prop} &\implies \\ &(\text{indef } x_1) \text{ FN} \text{ é FV} \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{(VII)} \quad \text{Se } (x_1 \text{ é } N_1) \text{ prop} \quad \text{então } (x_1 \text{ é } N_2) \text{ prop} &\implies \\ &\implies \left[(\text{indef}) N_1 \right] \text{ FN} \text{ é } N_2 \end{aligned}$$

(M.Kato 1974:169)

A autora postula a mesma base para as três línguas e irá apresentar as diferenças no output da regra transformacional, são as seguintes as diferenças:

a) definido: the - inglês

o/a/os/as - português

Ø - japonês

b) No português o indefinido e o numeral '1'

(um) têm a mesma forma, no inglês, têm formas diferentes a e one, este último em posição átona passa a a; no japonês as formas são diferentes iti e aru e às vezes são usadas umas pelas outras.

c) na regra (III), no inglês temos apenas a

forma do singular.

- d) nas regras (V) e (VII), o indefinido no inglês não é opcional e no japonês é o \emptyset que aparece.

Mary Kato opta pela abordagem acima apresentada e objeta que o tratamento gerativista que pretende uma gramática que busca dar um caráter universal à base, não poderia postular o artigo como uma categoria, visto que em muitas línguas tal elemento é inexistente.

2.2.4. - Algumas discussões sobre as propostas apresentadas.

Fauconnier (1974) para tratar a questão da conferência no que diz respeito à pronominalização discute problemas ligados à anáfora e aos modelos utilizados para o seu tratamento.

Esse autor apresenta dois problemas fundamentais para a representação dos pronomes da Estrutura Superficial (ES), tal como é concebido na hipótese de McCawley (1970), isto é, como variáveis referenciais na Estrutura Profunda (EP).

Os elementos que correspondem, na língua, às variáveis ligadas da lógica, ao contrário da lógica, podem ter um valor referencial próprio como nos casos de ocorrência de pronomes em contextos opacos. ¹³

Os contextos opacos geralmente ocorrem em orações que seguem verbos que designam "atitude proposicional" (Quine (1960)), tais como, "acreditar", "esperar" (= ansiar), "pretender", etc.

Consideremos a frase:

(2.1.) O homem que ama sua esposa beijou-a

em que, para Karttunen (1969), a reflexividade de sua esta belece opacidade da construção o homem que ama sua esposa, uma vez que sua esposa não pode ser substituído por um no me correferente como Maria, como por exemplo em:

(2.2.) O homem que ama Maria beijou-a.

na medida em que para essa segunda frase podemos ter dois referentes (ou mais) que preencham o requisito que ama Maria, numa dada situação.

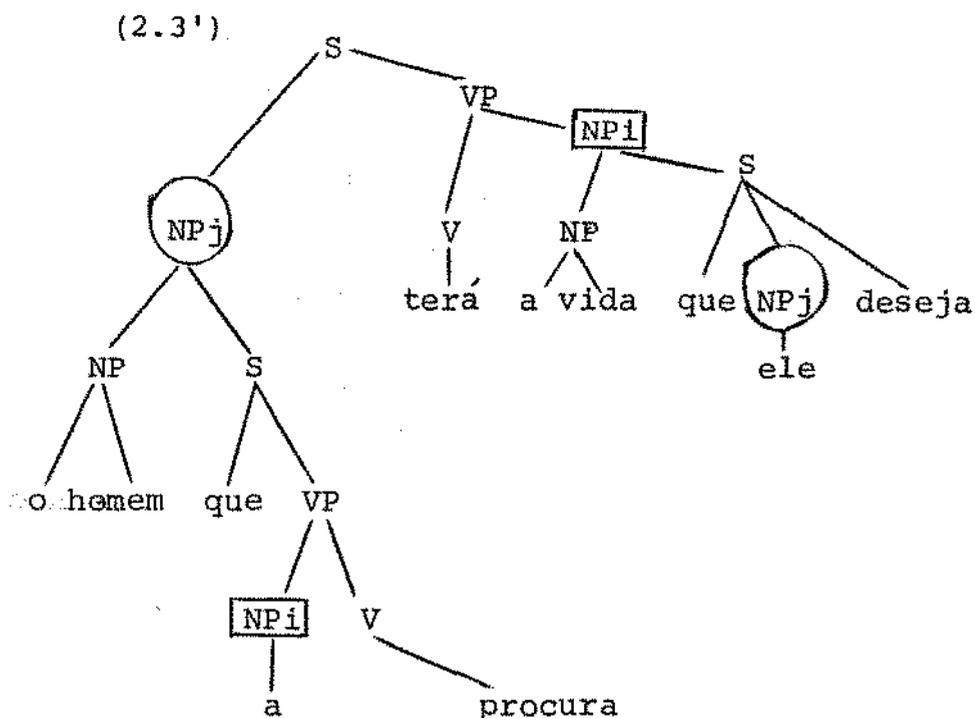
Fauconnier (1974) retoma a argumentação desenvolvida por Karttunen e critica a proposta de uma análise da pronominalização como a feita por McCawley. Ele apresenta, como já mencionamos, dois problemas fundamentais que são, o da correferência cruzada e o da correferência auto-encaixada, paradoxo de Bach & Peters e de Bouton respectivamente.

O primeiro paradoxo apresentado por Fauconnier é o de Bach e Peters que inviabiliza a hipótese de que "a transformação de pronominalização opera sobre dois sintagmas nominais estruturalmente idênticos e correferenciais"

(Fauconnier 1974:46)

Vejamos:

(2.3.) [O homem que [a]_i procura]_j terá [a vida que [ele]_j deseja]_i.



O problema com essa estrutura é que o sintagma nominal NPi (= a vida que ele deseja) contém um pronome ele, correferencial a um segundo sintagma nominal NPj (= o homem que a procura), que por sua vez contém um pronome a, correferencial ao primeiro sintagma nominal NPi.

Haverá então a necessidade de se complicar a estrutura, sem contudo modificar o problema uma vez que os SNs plenos conterão novamente os pronomes ele e a.

seja, o le pronominaliza uma proposição.

Agora vejamos outra frase:

(2.5.) Gertude pense que je suis fou et moi,
je sais que je suis fou.

'Gertrudes pensa que eu sou bobo, e
eu, eu sei que eu sou bobo.

(2.5') Gertude pense que je suis fou, et moi,
je le sais.

'Gertrudes pensa que eu sou bobo, e
eu, eu o sei.

Paralelamente a esse par podemos ter para a frase número (2.4.) acima, a equivalente:

(2.4'.) Jean embrasse les filles qui lui demandent qui il les embrasse.

'Jean abraça as meninas que lhe pedem que ele as abrace'.

lui e il não apresentam problemas para a pronominalização, enquanto que elles irá desencadear o paradoxo de Bach & Peters visto anteriormente:

- les filles qui demandent à Jean que Jean embrasse elles.
- les filles qui demandent à Jean que Jean embrasse les filles qui demandent à Jean que Jean embrasse elles

Mas ainda temos outro problema aí.

Parece que o le de (2.4.) substitui a proposição contida em:

(2.4.'') Jean embrasse les filles qui demandent à Jean que Jean embrasse elles.

Contrariamente ao par (2.5.) (2.5'.), essa proposição P de (2.4'') = que Jean embrasse elles, não é idêntica à uma proposição precedente do mesmo discurso. (2.4.).

Porém, se se considera, segundo a correferência observada:

elles = les filles que demandent à Jean

que Jean embrasse elles = Xi

vemos que (2.4'') é: Jean embrasse Xi

e a forma P encaixada em (2.4) fica: (que) Jean embrasse Xi.

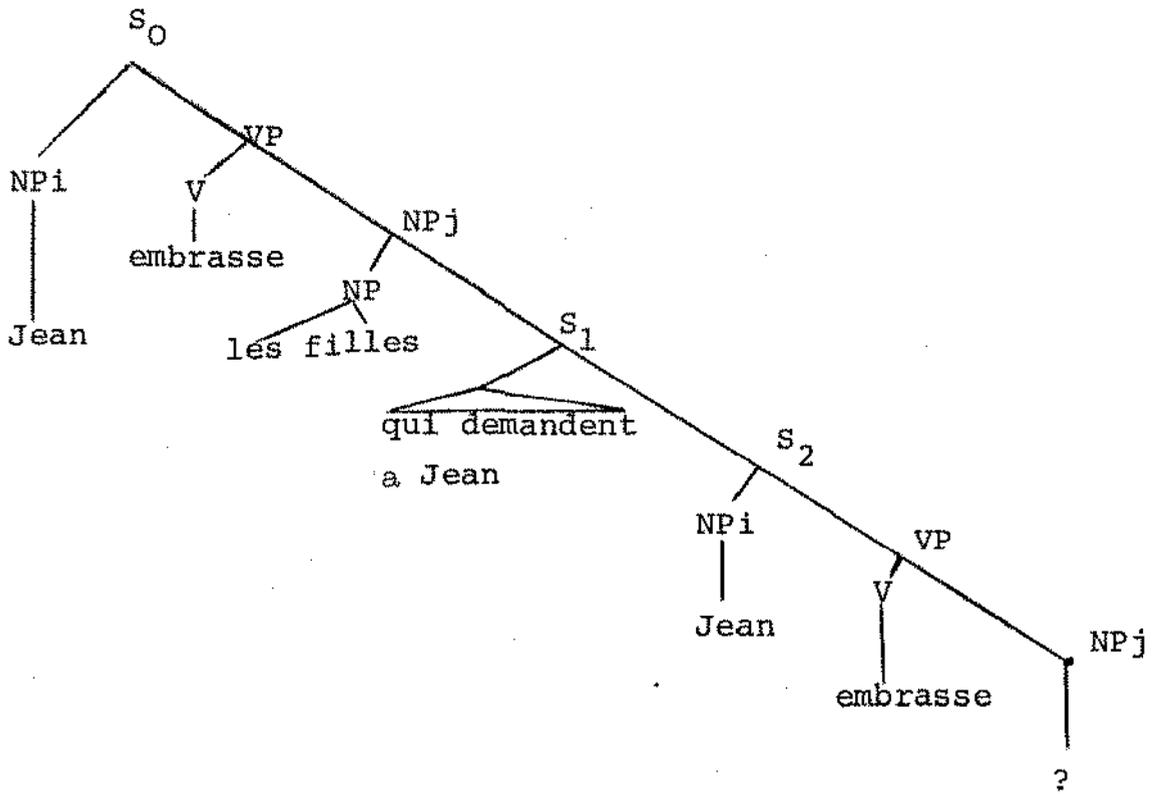
P portanto é idêntica à estrutura total que a contém, se se observa a condição de considerar os SNs correferenciais como idênticos (= Xi), torna-se impossível derivar o pronome elles a partir do sintagma nominal pleno. É essa identidade que permite a P ser substituído por le.

Teremos então a seguinte estrutura subjacente:

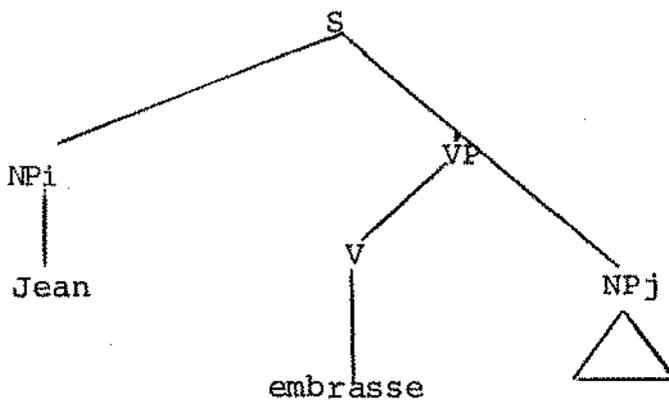
(2.6.)

*OBS.: A estrutura (2.6.) encontra-se na página a seguir.

(2.6.)



S_2 por sua vez é pronominalizado pela operação que substitui le por uma proposição idêntica à S_0 , isto é,



De fato S_0 contém S_2 , assim S_2 é idêntica a uma frase maior que a contém, teremos então, no caso da estrutura (2.6.) acima, dois tipos de pronominalização em

caixada :

- uma entre NPs que estabelecem relação entre pronome/antecedente, entre duas ocorrências de NPj, em que uma contém a outra

- a segunda entre as frases S_0 e S_2 pronominalizadas por identidade com S_0 , em que novamente S_0 contém S_2 .

A frase (2.4.) portanto é resultado de dois tipos de pronominalização, em que o antecedente contém o elemento a ser pronominalizado, e isso também irá conduzir a estruturas subjacentes infinitas.

Fauconnier ainda apresenta uma análise de Karttunen em que retoma frases que apresentam correferência cruzada ou auto-encaixada e descrições definidas.

Observemos as frases:

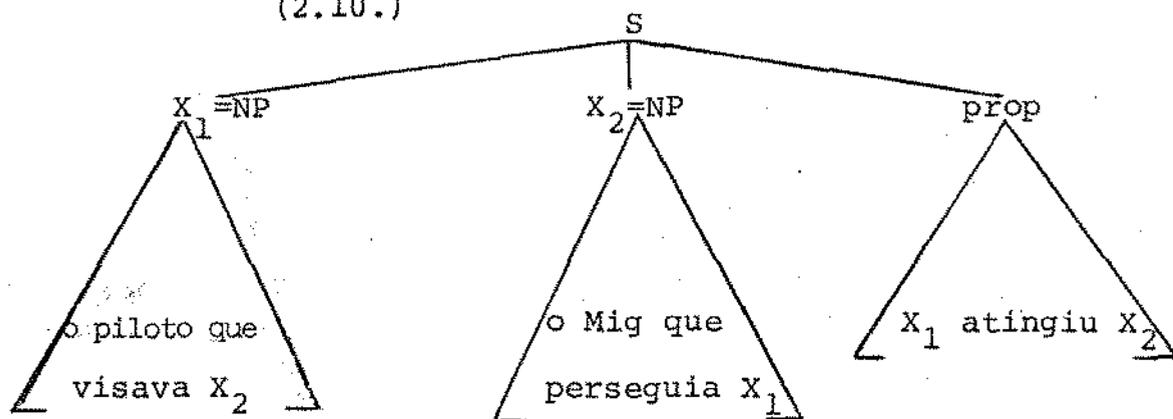
(2.7.) O piloto que o visava atingiu o Mig que o perseguia.

(2.8.) O piloto que visava o Mig que o perseguia o atingiu

(2.9.) O Mig que perseguia o piloto que o piloto que o visava foi atingido por ele.

O sistema de McCawley deriva as três frases acima como sinônimas a partir da mesma estrutura subjacente.

(2.10.)

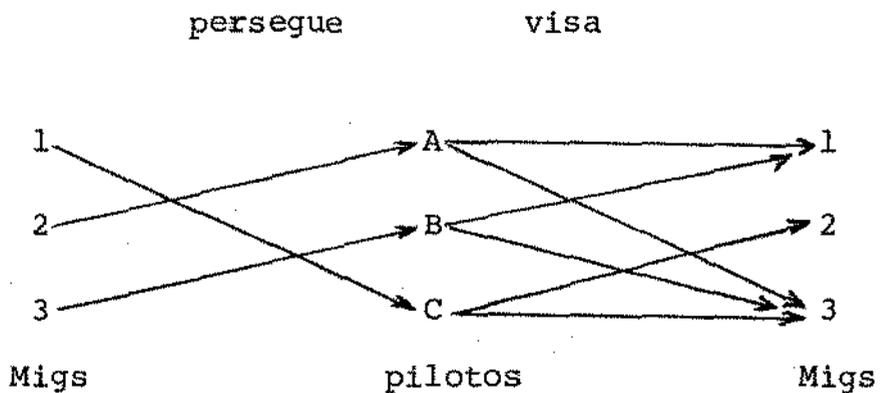


(2.8.) e (2.9.), contudo, apresentam construções opacas e não são utilizáveis no mesmo contexto.

Karttunen (apud Fauconnier (1974:pág. 89/103)) fornece algumas situações que permitem distinguir os empregos.

Exemplo:

Situação (11)



Nesse contexto, só um piloto, B, visa um Mig que o persegue, o Mig 3.

A frase (2.8.) na situação (11) exprime o evento (2.12.):

(2.12.) "O piloto B atingiu o Mig 3."

Consideremos a frase (2.9.) na situação (11); que contém a descrição abaixo:

(2.13.) "O Mig que perseguia o piloto que o visava..."

O Mig que persegue o piloto que o visava é o 3, mas (2.13.) contém outra pressuposição, segundo Karttunen, em "o piloto que o visava", a saber, que só um piloto visava o Mig em questão. Nesse caso o Mig 3 não satisfaz tal pressuposição porque os três pilotos o visam.

Na situação (11) a descrição (2.13.) não i-

dentifica corretamente nenhum. Mig, e a frase (2.9.) não é utilizável.

Karttunen prossegue em sua argumentação para mostrar que a (2.7.) é ora interpretável como (2.8.)7 ora como (2.9.); e que (2.8.) e (2.9.) não são sinônimos. Ele discorda da proposta de McCawley, que não representa tal distinção e considera a mesma estrutura subjacente para as três.

Essa argumentação acima apresentada refuta a proposta de análise do artigo feita por Mary Kato que utiliza tal modelo para engendrar o artigo definido sintaticamente.

A autora propõe gerar o artigo definido, como já vimos, mediante regras transformacionais que se aplicam a marcadores que contêm proposições e índices, tal como concebeu McCawley.

Esse modelo como acabamos de ver foi firmemente refutado por Karttunen e Fauconnier para dar conta de questões que envolvam anáfora, pronominalizações ou descrições definidas.

Vimos ainda, num breve comentário, que o tratamento proposto por Robbins de redução de oração relativa para gerar artigo definido, conduziria também ao paradoxo de correfêrência cruzada exposto neste item.

Passaremos agora ao terceiro item proposto no início deste capítulo que versa sobre os tratamentos dêiticos dispensados ao artigo definido.

2.3. Abordagens Dêíticas

2.3.1. O que é a 'Dêixis'?

Muitos autores, entre lingüistas e filósofos, se ocupam do fenômeno da dêixis. Dentre eles, Michel Lahud (1979), em sua dissertação de mestrado, tentou buscar a resposta para a questão apontada no início deste tópico.

Seu trabalho é constituído de uma primeira parte em que o autor trata de questões epistemológicas sobre qual linha teórica adotar e quais suas implicações, ressaltando que a escolha do objeto de investigação está intimamente ligada à escolha de uma teoria da linguagem. Ele adverte que adota a linha da filosofia da linguagem e, ainda, que irá tratar da noção da dêixis e não do fenômeno dêítico, e portanto de sua natureza e não de seu uso.

As principais questões que Lahud se coloca a esse respeito são problemas ligados a diferentes usos do termo em questão e ainda quais as relações entre os diferentes tratamentos sobre a dêixis.

"O que permite englobar sob uma mesma noção tanto "a simples designação à qual não corresponde nenhuma significação ligada às propriedades do objeto" quanto "a inserção na língua das condições de fala"? Existe, na verdade, um terreno comum de fundo a partir do qual esses diferentes "pontos de vista" apareceriam apenas como variações de superfície?"

(Lahud, 1979: 41)

Baseado nos diferentes usos do termo 'dêixis'

e numa variedade de termos usados para caracterizá-la, M. Lahud, identifica a noção da dêixis com pelo menos três maneiras diferentes de encarar a linguagem, ou se quisermos, com três teorias da linguagem. A segunda parte de seu trabalho irá tratar dessas abordagens:

- a relação da dêixis com a referência;
- a relação da dêixis com a ostensão - como mecanismo de aquisição da linguagem, e
- a relação da dêixis com a enunciação.

No capítulo em que trata dos dêiticos e da função referencial da linguagem, o autor estabelece um paralelo entre o tratamento dado por lógicos e lingüistas a respeito da significação dos signos e de sua referência. Para os lógicos a significação tem uma relação estreita com a referência do signo, enquanto que para os lingüistas, a partir de Saussure, o significado é alheio à referência; o sentido Saussuriano é uma noção exclusivamente "opositiva, relativa e negativa", isto é, defini-se semiologicamente dentro do sistema lingüístico.

O que interessa ao lógico, como bem ressalta Lahud, é a proposição e sua relação com o verdadeiro.

Para Frege a proposição exprime um sentido completo e esse sentido é o pensamento. É comum, entretanto, o fato de que o simples enunciado verbal não basta à expressão do pensamento. Isto acontece quando aparecem dêiticos no nosso enunciado.

Nesse caso as circunstâncias discursivas são necessárias para que haja a identificação adequada de um elemento particular e para que seja atribuído sentido à expressão em que ele se insere. Um enunciado desse tipo

permite a identificação exata do particular denotado nas condições reais do diálogo cotidiano, mas é inadequado como suporte lingüístico do formulário e do pensamento puro, uma vez que não pode ser submetido à questão do verdadeiro e do falso.

Ainda segundo o ponto de vista Fregeano temos que:

"... o objeto denotado pelos dêiticos deve ser um objeto "dado" em relação às circunstâncias e é, pois, a indicação precisa dessas relações que constitui o sentido desses termos."

(Lahud, 1979: 68)

Michel Lahud nos chama a atenção aí para a analogia com o tratamento dado aos dêiticos por Alston, que trata dos indexical words como palavras que, apesar de terem uma significação constante, mudam de referência conforme as mudanças nas condições de sua elocução.

Esse tipo de abordagem se aproxima, ainda, da teoria clássica dos pronomes como substitutos dos nomes.

Deve-se levar em conta aqui, como nos mostra Lahud, que os dêiticos são concebidos a partir de um esquema semiótico ternário, esquema esse em que a distinção significação/referência desempenha um papel importante. Por outro lado, depois de Saussure, vimos que nenhum lugar é reservado a essa oposição na teoria do signo. Ainda, a respeito da teoria de que os pronomes são apenas substitutos dos nomes, que apenas diferem quanto aos "modos de apresentação" do mesmo objeto, Donzé já apontara, a propósito da Gramática Geral e Racional de Port-Royal, para o caráter propriamente dêitico (ou puramente

significativo) de alguns pronomes, em oposição ao papel substitutivo de outros.

Port-Royal reconheceu uma significação específica do demonstrativo neutro e Lahud sugere que se possa estender também a lista de "pronomes verdadeiros" e não substitutos às pessoas segundo a análise relacional dos pronomes pessoais apresentada por Benveniste.¹⁴

O sentido dos dêiticos é dado na e pela língua e o seu referente é um lugar vazio que pode ser preenchido pelos particulares que satisfaçam essa relação nas condições reais de sua elocução.

Esse tipo de caracterização dos dêiticos, como palavras com significação constante e referência variável; considera que há remissão às circunstâncias quando temos expressões que contenham dêiticos ou expressões definidas, e está ligada ao ponto de vista lógico-filosófico da relação da linguagem com o mundo das coisas.

Um outro ponto de vista a respeito da dêixis, o segundo apresentado por Lahud, é o que a define como sinônimo de ostensão, de definição ostensiva.

Molino define dêixis enquanto ostensão como "simples designação à qual não corresponde nenhuma significação ligada às propriedades do objeto". (Lahud, 1979: 85).

Essa definição para Lahud apenas caracteriza um processo sem nada afirmar sobre as propriedades intrínsecas dos signos que podem ser objeto de tal processo.

Existe aqui uma diferença que cumpre ressaltar, que é a da dêixis enquanto caracterização interna de

alguns signos que formam uma classe particular e a dêixis enquanto processo que se aplica de fora aos signos, uma propriedade dêitica ostensiva.

Lahud coloca de lado esta última acepção por entender que o que interessa é encontrar "um recorte lingüístico particular, variável, porém bastante caracte-rístico". (Lahud, 1979:87)

A classe dos dêiticos pode-se equivaler a classe dos shifters de Jespersen. Este autor situa-se num quadro diferente daqueles semanticistas para quem a distinção sentido/referente é necessária, em que os dêiticos aparecem como uma classe lógico-lingüística particular dos termos referenciais da linguagem.

Os shifters se inserem no tratamento de Jespersen num capítulo reservado à aquisição da significação das palavras.

Segundo Jespersen:

"Uma classe de palavras que apresenta grande dificuldade para as crianças e aquela cujo sentido muda conforme a situação, assim a criança as ouve aplicadas a uma coisa, e a outra... Tais palavras podem ser chamadas shifters"

(Lahud, 1979:87)

Logicamente falando, a significação de um termo é anterior à sua referência, psicologicamente contudo, pode-se colocar a questão de como essa significação foi apreendida. E é aí que a questão da ostensão aparece. Temes uma primeira hipótese que é a de que as definições semânticas são definições circulares do tipo dicionário; e uma segunda que é a de que a significação é apreendida por denominação. Esta segunda hipótese pretende romper

com o círculo vicioso que a primeira acarreta. Postula a existência de alguns conteúdos semânticos primitivos, que não foram adquiridos por sinonímia e sim incorporados por meio de definições ostensivas, por dêixis (nesse modo particular de considerá-la).

Um problema que surge para a hipótese de nū mero dois é a de que a definição ostensiva só é adequada aos nomes próprios (seqüências fônicas associadas em permanência a um indivíduo dado da realidade).

Por outro lado, ao considerarmos a dêixis como um fenômeno que delimita uma classe específica de termos com um comportamento particular, iremos observar que eles funcionam, pelo menos para Jespersen, como "anti-nomes-próprios-psicológicos", cuja "variabilidade semântica" corresponde ao seu caráter refratário à dêixis, no sentido aqui caracterizado como "definição ostensiva".

Lahud nesse capítulo chama a nossa atenção para o fato de que o enfoque de Jespersen apresenta a noção de dêixis a partir de um ponto de vista psicológico, elaborado num quadro lógico-semântico bem diferente da proposta anterior.

Temos ainda um terceiro ponto de vista, como caracteriza o autor, de enfoque da dêixis e da teoria da linguagem correspondente, que é o que está ligado à linguística da enunciação, e que começa a se configurar a partir de numerosas pesquisas, independentes entre si, e que convergem para diferentes aspectos da enunciação.

O autor aponta como um dos trabalhos responsáveis por essa nova orientação de abordagem do fenômeno lingüístico, o de Austin sobre os performativos, isto é,

verbos que se opõem aos chamados constativos. Estes afirmam ou descrevem uma ação, ao passo que naqueles a sua enunciação "corresponde à realização de um ato de linguagem (speech act)", isto é, àqueles para os quais o "dizer" do sujeito equivale a "fazer".

Essa diferenciação de Austin conduziu a uma outra que é a da classificação dos atos de linguagem em locucionais, ilocucionais e perlocucionais.

O que importa reter aqui, segundo M. Lahud, é a distinção entre os atos locucionais e ilocucionais. Para Austin o ato locucional constitui aquele que engloba a simples produção de fonemas (phonetic act), a produção e a combinação sintagmática dos morfemas segundo as regras sintáticas da língua (phatic act), e a produção semântica que resulta do emprego desses morfemas num sentido e com uma referência determinada (rhetic act).

O ato ilocucional não corresponde ao ato de dizer algo, mas aquele que se efetua ao dizer algo, e através do qual se determina em que sentido deve ser compreendido o próprio ato ilocucional (promessa, afirmação, ordem, interrogação, etc).

O ato ilocucional marca a adesão do sujeito que fala, à maneira como deve ser entendido aquilo que se diz, o ato ilocucional portanto determina, segundo o autor, "o que Austin chama de "valor" do enunciado em oposição à sua significação propriamente locucional; esta correspondendo ao "sentido" e à referência dos filósofos".¹⁵

Austin levanta questões sobre elementos cujo traço semântico essencial é fixar o efeito de seu próprio emprego sobre a situação do discurso.

Um outro trabalho que M. Lahud aborda nesse capítulo é o de Benveniste que é anterior ao de Austin e que também contribuiu sensivelmente para a configuração de uma lingüística da enunciação.

Benveniste trata das marcas da subjetividade na linguagem através dos chamados "verbos de fala", dos "delocutivos" e através de uma análise da natureza dos pronomes pessoais. É esta última que irá desempenhar um papel importante na sua caracterização de dêixis.

Benveniste irá distinguir as duas primeiras pessoas eu/tu da terceira, que ele irá chamar de não-pessoa através de correlação de pessoalidade, uma vez que esta é uma marca que as duas primeiras pessoas apresentam e a terceira não. Em seguida irá opor a primeira à segunda através da correlação de subjetividade, na medida em que o "tu" é a pessoa não-subjetiva que se define a partir do "eu".

Essa análise que Benveniste faz dos pronomes pessoais quebra a uniformidade com que as gramáticas apresentam tal categoria.

Enquanto o "ele", a terceira pessoa, é de fato a não-pessoa, e pode remeter a qualquer coisa, exceto à própria instância do discurso; "eu" e "tu" só se aplicam a uma realidade do discurso, pois a "pessoa" só é "pessoa" enquanto e durante o instante em que "eu" "fala", diz Benveniste.

"Dizendo "eu" ou "tu", o locutor arvora-se em sujeito único, unicidade conferida justamente pelos atos aos quais esses signos se vincu

lam, isto é, pelos "atos discretos e sempre únicos pelos quais a língua é atualizada em fala pelo locutor."

(Lahud, 1979: 109).

É essa distinção pessoa/não-pessoa que , segundo Lahud, retira "eu-tu" da categoria tradicional dos pessoais que inseri-los numa classe mais ampla a que se aplica a mesma caracterização a saber a referên - cia constante e necessária à "presente" instância do dis curso.

Benveniste irá caracterizar então como indi cadores de subjetividade: os demonstrativos, advérbios e locuções adverbiais espaço-temporais que tomem como pre sente instância do discurso "eu", modalidade, etc.

Essa análise das pessoas verbais conduz a uma classificação da relação dêixis/anáfora em Benveniste. Os dêíticos são definidos como signos que re lacionam o enunciado à enunciação, ao passo que os anafó ricos remetem uma relação representativa a outro segmen- to da mesma seqüência. O que se estabelece a partir daí então, não é uma diferença apenas de grau-como no caso da abordagem referencial: referência mediada/anáfora ,re ferência direta/dêixis - mas uma diferença quanto à na tureza semântica dos dois fenômenos.

Nessa concepção "enunciatória" a referência não desempenha nenhum papel para caracterizar os indica- dores de subjetividade, como os denomina Benveniste, con siderando-se que essa abordagem baseia-se numa linha epistemológica que interditou a dimensão referencial dos signos a partir de Saussure.

De um ponto de vista ternário do signo, como

era o caso da abordagem referencial, passamos a um tratamento binário no qual o referente não aparece. Essa concepção irá ligar o enunciado ao sujeito da enunciação e não ao referente como as abordagens anteriores.

Acreditamos que a seguinte consideração de Benveniste, feita por Lahud, resume bem a terceira concepção de dêixis, isto é, a de que "os dêiticos não são signos que "descrevem" por si próprios uma relação entre o enunciado e a enunciação, mas elementos cuja função é permitir ao sujeito que os enuncia, e no momento em que os enuncia, de instaurar essa relação, de vincular seu enunciado ao próprio "dizer". (Lahud, 1979: 114). Esse fato se dá não como uma relação entre o enunciado e a enunciação, nem entre o enunciado e o sujeito da enunciação, mas entre o enunciado, o sujeito da enunciação e o seu "ato de fala".

2.3.2. - Algumas concepções dêiticas a respeito do artigo.

Passemos aos tratamentos de autores que consideram o artigo como uma manifestação dêitica e vamos analisá-los a partir da caracterização que M. Lahud faz desse fenômeno.

Iremos retomar, brevemente aqui alguns tratamentos já apresentados neste trabalho.

A abordagem que Strawson faz do artigo definido difere, como já tivemos oportunidade de ver, dos demais tratamentos dispensados pelos lógicos a essa questão.

Strawson leva em conta para abordar as expressões que contêm artigo, não só o enunciado em que tais

expressões ocorrem mas a sua relação com o contexto de situação, ou seja, considera a elocução que se faz do enunciado. Relembramos aqui a distinção, que para ele é fundamental, entre uma sentença, a utilização que se faz dela, e sua elocução.

A função do artigo definido é para ele, a de mostrar, e não enunciar que está-se referindo, ou tem-se a intenção de referir a um indivíduo particular da espécie, e que tal indivíduo será identificado a partir do contexto, do tempo, lugar, e de outras características da situação de elocução.

Strawson é, entre os lógicos, o que mais aproxima sua análise de uma abordagem dêitica do artigo, que é o que nos interessa. Isso resulta do fato dele estar ligado à escola de Oxford, de onde saíram trabalhos como os de Austin e Searle já citados aqui através da resenha de M. Lahud, trabalhos esses responsáveis por uma nova concepção de teoria da linguagem, a lingüística da enunciação.

De outro lado, também a classificação de J. Soares Barbosa, já exposta no início deste capítulo, aproxima o artigo definido dos elementos dêiticos da linguagem. Na verdade ele chega a vincular, antes de Benveniste, o artigo com as suas circunstâncias de uso.

Muitos autores para a caracterização do artigo definido apelam ora para o seu caráter dêitico ora anafórico.

Isto justifica-se, porque segundo Bühler, "tanto o pronome anafórico como o demonstrativo procedem da mesma raiz e hoje há transições contínuas entre eles na linguagem

usual". (Bühler, 1950: 350).

Grande parte das abordagens lingüísticas sobre o caráter dêitico ou não do artigo definido decorre em última instância do tratamento revolucionário que Benveniste deu aos pronomes pessoais, em seu célebre artigo "Estrutura e relação de pessoas no verbo francês". A partir daí, quando Benveniste refuta o caráter substitutivo dos pronomes pessoais, principalmente de eu e tu e os vincula às instâncias discursivas, cria a possibilidade de um re-tratamento de várias categorias gramaticais, não só a dos pronomes, e dimensiona a oposição dêixis-anáfora num outro ângulo.

Muitos autores irão optar por um tratamento dêitico ou anafórico não só pela oscilação histórica entre tais funções, como ressalta Bühler, mas também dependendo de que linha teórica de abordagem de linguagem irá o autor adotar, como já foi discutido no trabalho de M. Lahud, no início desta secção.

Vejamos alguns desses trabalhos.

2.3.3. - Um tratamento sobre os determinantes

Cullioli, Fuchs e Pêcheux (1970) discutem a questão do tratamento formal da linguagem e a aplicação dessa questão ao problema dos determinantes. Em seu trabalho os autores procuram relacionar as categorias da análise morfológica a operações formais estipuladas num modelo de análise lingüística que procure captar as modulações e modalidades da língua natural, tais como, ambigüidades, sentido denotativo e cognitivo, equívocos, etc.

As operações por eles propostas, extração, indicação ou flechagem e percurso, atuam sobre unidades no conjunto de partida e no conjunto de chegada e pode-se conduzi-las a uma lista finita de operadores que podem ser combinados posteriormente.

Os operadores que os autores sugerem para os determinantes são o extrator, o indicador (fleucheur) e o cursor (curseur).

O extrator extrai um indivíduo qualquer de um conjunto, o indicador o distingue dos demais da classe, isto é, o particulariza depois de já isolado, e o cursor é aquele que percorre ou varre toda a classe.

Aplicar uma operação a uma noção significa marcar tal noção com um certo índice que autoriza as operações que podem ser efetuadas a seguir. Uma noção é, por sua vez, assim caracterizada pelos autores:

"Toda noção deve ser considerada como um morfema ou sintagma munido de um funcionamento em relação a outras noções (asim definidas), esse funcionamento sendo determinado pelas condições de produção do discurso onde as noções intervêm".

As categorias associadas na língua natural a tais operadores seriam: artigo indefinido para o extrator, artigo definido, demonstrativo ou possessivo para o indicador e todo, todo aquele que (pronomes distributivos) para o cursor.

Aplicar uma extração a uma noção significa associar a ela uma classe de elementos discretos de maneira que se possa em seguida selecionar um ou mais desses elementos (extração singular E e extração plural Ep).

Ex.: Jean a vu des soldats.

'Jean viu uns soldados'

Flechar significa designar de maneira privilegiada um elemento que se extraiu antes de uma classe. A flechagem pode ser de dois tipos:

a - flechagem situacional: em que o locutor de signa um elemento presente aos dois interlocutores pela situação não-expressa lingüisticamente.

b - flechagem contextual: em que o locutor de signa um elemento presente no discurso:

- seja já mencionado na cadeia anterior (fle chamento contextual para trás).

Ex.: J'ai vu un homme traverser la rue. L'
homme portait un parapluie.

'Eu vi um homem atravessar a rua. O
homem levava um guarda-chuva!'

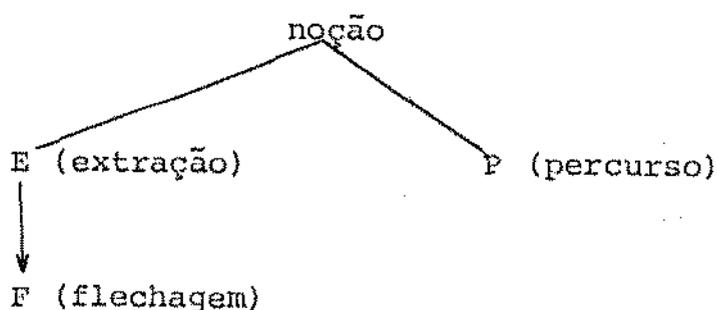
- seja mencionado na seqüência do discurso (flechagem contextual para frente).

Ex.: J'ai vu l'homme dont tu m'avais parlé.

'Eu vi o homem de quem você me falou.'

A primeria das flechagens contextuais corresponde ao que é usualmente conhecido por anáfora, e a segunda por diáfora.

A flechagem só pode ser operada após uma ex tração prévia, ao passo que a extração e o percurso são operações que se podem aplicar diretamente a uma noção.



As realizações na cadeia da operação de flechagem de um argumento são artigo definido e o adjetivo demonstrativo (ce).

A diferença entre a flechagem situacional e a contextual está, para os autores, no lugar da passagem do implícito para o explícito. O implícito é entendido aqui como a operação de aplicação de extração (num conjunto), que ao nível da seqüência desapareceu dando lugar à operação de flechagem intra-discursiva.

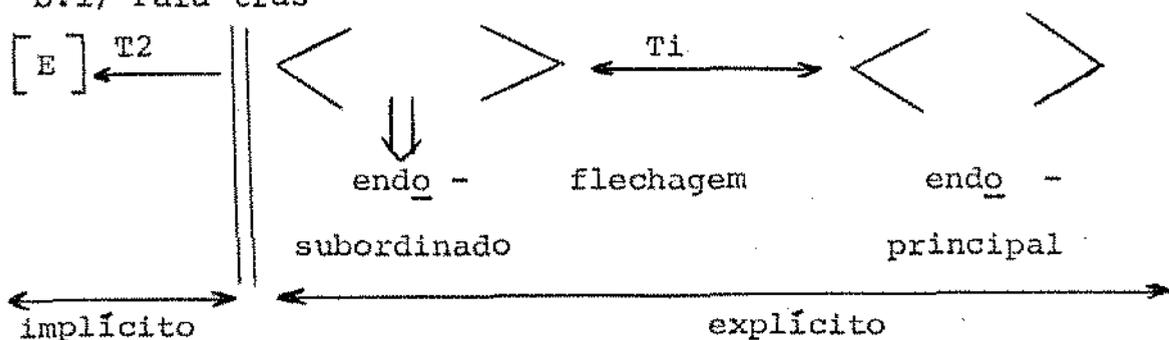
a) A flechagem situacional é feita na passagem do implícito para o explícito:



Olhe o cachorro (cachorro localizado pela situação).

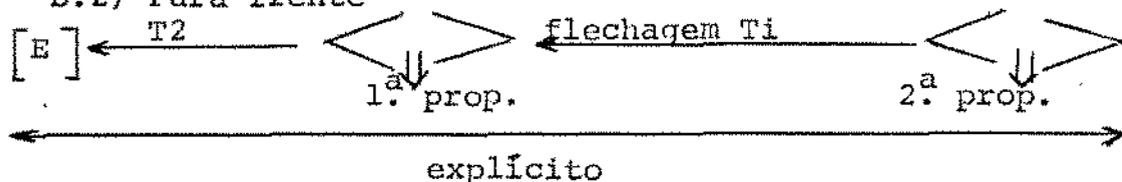
b) Flechagem contextual

b.1) Para trás



João pegou o livro de Pedro.

b.2) Para frente



Ele viu um cachorro. O cachorro pulava alegremente.

Existe ainda a flechagem do pronome demonstrativo que não reproduzimos aqui.

Cabe notar que essa bordagem considera o artigo definido como desempenhando a mesma operação, isto é, a de flechagem que pode ser contextual ou situacional.

Os autores agrupam sob a mesma operação o que é habitualmente caracterizado como de natureza diferente, a dêixis (flechagem situacional) e a anáfora (flechagem contextual) - por entender que a operação executada é a mesma, o que muda é o ponto a partir do qual é efetuada a operação.

O caso de emprego do artigo definido generalizante é enquadrado pelos autores como operação de percurso, isto é, uma operação através da qual uma noção é considerada sob o aspecto do conceito, sem que para tanto o caráter regrado de discursividade científica seja assegurado.

Ex.: O leão não ataca o homem a menos que ele se sinta ameaçado.

Os professores têm a reputação de serem distraídos.

Todo trabalho merece salário.

Todos os aviões têm asas.

A concepção dos autores é pragmática com relação às operações que são efetuadas pelos artigos definido e indefinido.

Passemos a seguir a outras concepções dessa natureza.

2.3.4. - O artigo como elemento coesivo.

Halliday e Hasan (1976) em seu trabalho sobre a coesão textual irão tratar o artigo definido como um dos elementos que podem estabelecer tal coesão.

O artigo definido está inserido para eles num dos tipos de coesão textual que é a referência. A referência é uma relação semântica que indica que os itens referenciais não são interpretados por si mesmos, mas que sua interpretação deve ser retirada de algum outro lugar; a informação a ser recuperada é o significado referencial.

A coesão é, para os autores, uma relação semântica entre um elemento no texto e algum outro elemento que é crucial para a sua interpretação.

No caso da referência para os autores, o que está em jogo não são propriedades gramaticais mas sim semânticas, que podem ser recuperadas quer pelo texto, quer pela situação.

A referência à situação é, segundo os autores, a primeira forma de referência e a referência a outro item no texto é uma forma secundária ou derivada dessa relação. A primeira é habitualmente conhecida como dêixis e que os autores chamam de exôfora, e a segunda é a anáfora, que eles chamam de endôfora.

Como podemos ver esse enfoque enquadra-se, segundo a caracterização que M. Lahud faz, naquela que liga a dêixis à referência e considera portanto, a relação entre a dêixis e a anáfora como uma mera relação de grau. No primeiro caso a referência é direta, no segundo é mediada por um elemento textual.

No caso dos autores em questão, são lhes interessa a referência textual, isto é, a endófora, uma vez que são essa é coesiva, segundo esse ponto de vista. A exófora, segundo eles, contribui para a criação do texto. na medida em que liga a linguagem com o contexto de situação, mas não contribui para a integração de uma passagem com outra para que ambas façam parte do mesmo texto.

Um item referencial como bem ressaltam os autores, não é por si só nem endofórico nem exofórico, é apenas 'fórico', tem apenas a propriedade de referência. Qualquer ocorrência pode ser tanto uma coisa como outra, ou ambas.

Alguns itens, ou classe de itens, têm tendência a serem usados exofórica ou endoforicamente, mas a relação de referência é por si neutra, significa meramente "veja em algum lugar".

Dentre os tipos de referência apontado pelos autores, pessoal, demonstrativa e comparativa, o artigo definido está incluído no segundo tipo.

A referência, dentre os outros tipos de coesão, apresenta um caráter predominantemente nominal e todos os itens de referência funcionam dentro do grupo nominal (NP).

A estrutura lógica do SN é uma estrutura de modificação e é formada de um núcleo com um modificador opcional. Halliday e Hasan distinguem entre pré-modificador e pós-modificador, e o núcleo geralmente se constitui de: N próprio, N comum e Pronome.

Os modificadores podem ser sub-divididos não em subcategorias mas em papéis estruturais derivados de

um componente funcional dentro do componente semântico , que são: dêiticos, numerais, epítetos, classifier (classificador), qualifier (qualificador), thing, (não havendo correspondência direta entre classe e função).

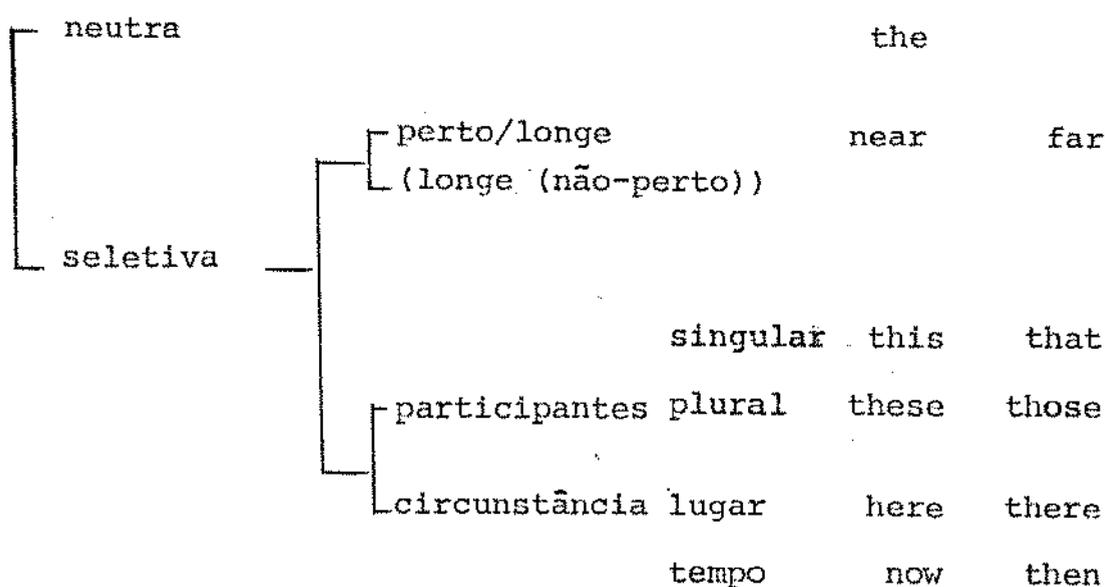
	the	two	high	stone	walls	along the roadside
Estruturais: lógica	Pré-modificador				núcleo	Pós-modificador
experien- cial	Dêitico	Numeral	epíteto	classi- fier	coisa	Qualifier
classes	deter- minante	numeral	adje- tivo	nome (subst)	nome (subst)	grupo pre- posional

(Halliday e Hasan 1976:40)

Em "boys and girls" há dois nomes, mas uma só 'coisa' em "hot or cold tea" há dois adjetivos mas só um epíteto.

A função geral de dêiticos, numerais, epítetos, classificadores e qualificadores é a de especificação.

A referência demonstrativa é uma forma de indicação verbal em que o falante identifica o referente localizando-o numa escala de proximidade, o artigo definido é neutro quanto a essa localização, como podemos observar:



Os demonstrativos circunstanciais referem-se à posição de um processo no tempo ou no espaço, geralmente funcionam como adjuntos na oração, não como elementos dentro do grupo nominal.

Os outros demonstrativos referem-se à posição de alguma coisa, pessoa ou objeto que é participante do processo, ocorrem no grupo nominal.

O artigo definido é considerado como elemento único de uma classe, tendo como único "parente" na linguagem o artigo indefinido (determinante não-específico). Mas ele apresenta semelhanças com um grupo de itens, os determinantes de especificação (que incluem os demonstrativos e possessivos).

Os determinantes específicos são seletivos semanticamente e contêm, eles próprios, um elemento referencial a partir do qual o termo em questão é identificado. Nos possessivos o elemento de identificação é a pessoa, nos demonstrativos a identificação é feita através do parâmetro de proximidade.

O artigo definido, ao contrário não apresen-

ta nenhum parâmetro dessa natureza, ele indica apenas que o item em questão é específico, é identificável, que em algum lugar a informação necessária para sua identificação é recuperável, na situação ou no texto.

Se a referência for exofórica o item é identificado de duas maneiras:

a) Um indivíduo particular ou sub-classe es tã sendo referido e são identificáveis pela situação es pecífica.

Ex.: Não vá! O trem está vindo.

onde 'trem' pode ser entendido como:

'O trem que nós estamos esperando'

em oposição a:

Não vá; um trem está vindo.

e, b) o referente é identificável extra-lingüísticamente sem relação com a situação. Isto pode se dar em função de duas condições:

1.^a - Porque só há um elemento na classe de objetos referido.

Ex.: o bebê (para nosso bebê)

o governo (para governo do nosso país)

2.^a - Porque a referência engloba toda a classe,

Ex.: As estrelas

ou o indivíduo considerado como representativo de toda a classe.

Ex.: A medida em que a criança cresce, ela aprende a ser independente.

Esse tipo de referência exofórica que não

depende de situação específica foi chamada de HOMOFÓRICA.¹⁶

Se a referência for endofórica temos:

a) ocorrência catafórica que para os autores não é coesiva. Ele apenas refere a um elemento modificador dentro do mesmo grupo nominal em que ele está. Seu significado é sempre um sinal de identidade ou de identificabilidade, mostrando o critério para identificação do termo que se segue.

Ex.: The ascent of Mount Everest.

The party in power.

b) ocorrência anafórica - a única referência para Halliday e Hasan em que o artigo definido é coesivo.

O artigo definido para eles não possui como função exclusiva a coesão. Ele é um dêitico referencial não-seletivo ou não-marcado. Não contém a informação em si mesmo, ele assinala a definição mas não contribui ele próprio para a definição, nem diz onde a informação se encontra. Ela será encontrada em algum lugar do contexto. Os autores advertem que estão entendendo "contexto" num sentido bem amplo que inclui a estrutura, o texto, a situação e a cultura.

Para eles a função principal do artigo definido não é a anafórica, mas é a que eles estarão privilegiando porque seu foco de atenção é a coesão textual e os elementos que contribuem para a sua construção.

A coesão entretanto não é a abordagem mais adequada para o artigo definido pois deixa de lado outros usos muito frequentes do mesmo artigo.

Outro problema mais sério com relação a essa abordagem é a concepção referencial da anáfora e a vincula-

ção do uso do artigo como estritamente referencial. Já vimos anteriormente no primeiro capítulo a argumentação levantada por B. Hall Partee e K. Donnellan a respeito do uso referencial e atributivo do artigo definido.

Cumprе lembrar aqui que a preocupação fundamental dos autores não é com o artigo definido especificamente mas com a coesão textual, e que para efeito de coesão textual o tratamento dado é satisfatório. Para o caso, entretanto, de uma caracterização geral do artigo definido é inadequado porque deixa de lado uma série de outros empregos que não os endofóricos.

2.3.5. - A abordagem segundo Lyons

Lyons (1977), como os demais autores desta seção, trabalha com questões ligadas a dêixis, natureza dos pronomes, referência e as relações entre elas.

O autor ressalta que o termo dêixis, que vem do grego e significa "indicar", "apontar", é usado em linguística para referir à função dos pronomes demonstrativos e pessoais, do tempo (tense) e de uma variedade de outros traços gramaticais e lexicais que relacionam elocuições às coordenadas espaço-temporais do ato de elocução.

Ressalta, ainda, que em grego antigo não havia distinção nem quanto às funções sintáticas e semânticas, nem quanto a forma, entre artigo definido, pronome demonstrativo e pronome relativo, e ainda que o termo 'artigo' foi aplicado a todos eles indistintamente.

Lyons, contudo, adverte que o termo 'pronome' tem implicações diferentes do termo 'artigo' e que se cos

tuma dizer que a função básica dos pronomes é substituir os nomes, mas que isso conduz a dois tipos de problemas:

- o primeiro é que apresente uma falha em distinguir 'nome' de 'nominals'.¹⁷ Pronomes são expressões referenciais e são sintaticamente equivalentes a 'nominals' e não a 'nomes'.

- o segundo é que dizer que, primeiramente pronomes são substitutos de nomes ou nominals, implica em ressaltar sua função anafórica como mais básica que sua função dêitica, com o que Lyons não concorda.

Lyons salienta que se pode usar dêixis num sentido amplo que cobre não apenas a função característica dos pronomes demonstrativos, mas também tempo, pessoa e um número de outros traços do contexto de elocução sintaticamente relevantes.

Ele, assim caracteriza dêixis: "significa a locução e identificação de pessoas, objetos, eventos, processos e atividades sobre as quais se fala, ou a que se refere, em relação ao contexto espaço-temporal criado e sustentado pelo ato de fala e a participação nele, caracteristicamente, de um único falante e pelo menos um ou vinte (receptor)". (Lyons, 1977: 637).

Em inglês, Lyons aponta três tipos gramaticais distintos de expressões de referência definida individualizante: nomes próprios, NP definidos e pronomes.

Os pronomes demonstrativos, adjetivos demonstrativos e advérbios demonstrativos são primariamente dêiticos, segundo o autor, e quando têm esta função devem ser interpretados com relação à localização dos participantes no contexto dêitico.

O artigo definido, pronomes demonstrativos e pronomes da terceira pessoa estão diacronicamente ligados. Ele considera que:

a) existe um componente de definição no sentido dessas três classes de lexemas, a saber:

this - the one here

that - the one there

he - the male one

etc

A definição está combinada com a distinção entre proximidade/não-proximidade (no caso dos demonstrativos) e distinção de gênero ou sexo (pronomes de terceira pessoa).

b) 'this' é marcado e 'that' é não-marcado. Existem algumas posições sintáticas em que 'that' ocorre em inglês e é neutro com relação à distinção de proximidade ou qualquer outra baseada na dêixis.

c) a distribuição do artigo definido 'the' e dos pronomes de terceira pessoa 'he', 'she', 'it', é defectiva (ou assimétrica) em relação a 'this' e 'that'. Isto porque 'this' e 'that' podem ser usados tanto pronominalmente quanto adjetivamente, enquanto que 'the' não pode ser usado como pronome, e 'he', 'she', 'it' não podem ser usados adjetivamente.

Diacronicamente falando, segundo o autor:

- o artigo definido é um adjetivo demonstrativo não flexionado quanto a gênero e número (para o inglês). (O português, entretanto admite as duas flexões).

- os pronomes de terceira pessoa são pronomes demonstrativos que se distinguem com relação a gênero e

número

- ambos, o artigo e os pronomes, não são marcados pela relação de proximidade.

O artigo definido, para ele, se comporta sintaticamente como adjetivos demonstrativos, mas é neutro em relação à proximidade e deriva historicamente do adjetivo demonstrativo não-próximo 'that'.

Assim a função e significado do artigo definido não é nem de um pronome, nem de adjetivo, mas compreende, ou ainda, mistura um componente pronominal e um componente predicativo adjetivado, sendo cada um deles não-marcados quanto à distinção dêitica de proximidade ou distância.

Lyons diz que se deve pensar na função do componente pronominal do artigo definido como a função de informar ao destinatário de que alguma entidade específica está sendo referida, sem dar qualquer informação locativa (ou qualitativa) sobre ela.

O componente pronominal, para o autor, tem no artigo definido a mesma função que esse componente tem nos pronomes pessoais e demonstrativos, a saber, a de informar ao destinatário que um indivíduo específico (ou grupo de indivíduos) está sendo referido. Quando o artigo definido é usado, tal informação, como é necessária para o destinatário identificar o referente, está codificada em outras partes do NP.

Dessa forma ele refuta a hipótese dos filósofos com relação à unicidade do referente remetida por expressões introduzidas pelo artigo definido, alegando que " se os participantes acreditam que existe um e apenas um indivíduo sobre o qual é verdadeiro afirmar que é um unicôr

nio, será suficiente, em qualquer contexto, referir-se a ele apenas como 'o unicórnio', sem dar qualquer outra informação locativa ou qualitativa".

O segundo componente no artigo definido é o advérbio dêitico adjetivizado 'there' interpretado no seu sentido neutro.

O artigo definido, segundo Lyons, quando usa do deiticamente, deve ser entendido como introduzindo ou levando o destinatário a encontrar o referente no contexto sem contudo dirigir sua atenção para uma região particular dele.

É nesse ponto que sua proposta de análise do artigo definido se aproxima da de Halliday e Hasan que consideram o artigo definido como uma forma de referên - cia demonstrativa neutra com relação à escala de proximidade.

Porém, enquanto Halliday e Hasan estão preocupados com a coesão textual e, portanto, apenas com o emprego endofórico do artigo definido, Lyons considera o uso dêitico no artigo como mais básico e pretende mos - trar que o uso anafórico, em último caso, depende da dêixis.

Segundo este último autor, essa questão se apoia no enfoque referencial que se dá à dêixis a anáfora, e considera a dêixis como mais básica, porque em última instância, sob esse enfoque, o que temos é dêixis, uma vez que a anáfora não se refere a um item anterior no discurso, mas ao referente desse termo antecedente.

A anáfora, segundo ele, pressupõe que o refe - rente deva ter seu lugar no universo-de-discurso. A dêi-

xis não. "Na verdade, diz ele, a dêixis é um dos meios principais que nos abre a possibilidade de colocar entidades no universo - de - discurso para que então possamos referir-nos a elas subsequentemente." (Lyons, 1977: 673).

Como vimos a análise de Halliday e Hasan (1976) não está não está voltada exclusivamente para a descrição do artigo definido, ao passo que a de Lyons sim, pretende explicitar as características, significado, uso e natureza dessa categoria gramatical. Sua análise é portanto mais global para o artigo definido e o considera como um elemento dêitico, que como tal apresenta uma contraparte predicativa e uma referencial. A referencial é veiculada pelo componente pronominal e a predicativa é realizada pelo uso adverbial.

2.3.6. - Outra abordagem dêitica

Há ainda uma outra abordagem que considera o artigo definido como apresentando uma função basicamente dêitica. Tal é a proposta de M. Dalva M. Rosário (1981), cuja hipótese explicativa é a de que o artigo é um elemento dêitico que faz remissão às circunstâncias discursivas para determinar sua significação, e pressupõe um conhecimento anterior ouvinte. A função do artigo, para a autora, é a de "indicar que o nome tem um referente específico e que a informação requerida para a identificação desse referente deve ser encontrada em outra parte, numa circunstância anterior, sem, no entanto, dizer onde esta informação deve ser localizada, ao contrário dos outros dêiticos que contêm em si mesmos algum elemento referencial em termos do qual o

referente deve ser identificado." (M. Dalva M. Rosário, 1981: 127).

Ela endossa a idéia de Lyons de que o artigo definido é um dêitico não-marcado com relação à categoria de proximidade dos demonstrativos.

A autora compreende a dêixis no sentido referencial, tal como vimos segundo a classificação de M. Lahud, que neutraliza a oposição dêixis/anáfora e a reduz a uma mera questão de grau, entendendo que ambas desempenham a mesma operação de referência.

Para caracterizar o artigo definido, M. Dalva Rosário leva em conta três relações importantes da língua portuguesa:

- a) relação de presença e ausência do artigo ou de outro "determinante"
- b) relação de presença e ausência do traço de definição
- c) relação entre dêitico marcado e dêitico não-marcado frente à proximidade em relação ao falante e ouvinte.

A proposta dessa autora nos é muito atraente, sob muitos aspectos, para elucidar a questão da natureza do artigo definido, mas apresenta um sério problema que é a sua vinculação à função referencial já tão eficazmente refutada por B. H. Partee e K. Donnellan no início deste trabalho.

Se tomarmos, como hipótese básica, o ponto de vista referencial para dar conta do artigo definido estaremos correndo o risco de, novamente, não apresentar uma hipótese abrangente para essa categoria por excluirmos o uso

predicativo que dele se faz.

Passaremos, então, a uma avaliação das propostas aqui apresentadas e à nossa escolha por uma hipótese mais satisfatória.

NOTAS DO CAPÍTULO 2.

1 - A esse exemplo pode se objetar que nem sempre o artigo definido é obrigatório nesses casos.

Ex.: O aluno mais estudioso de Campinas.

Nesse caso é provável que o segundo artigo definido seja dispensado pelo nome próprio.

2 - O grifo é nosso.

3 - Annette Karmiloff - Smith (1979) cita uma ressalva que o próprio Chomsky faz, em 1958, a respeito da transformação do artigo: "É necessário colocar uma transformação que diga quando tirar 'um' e quando tirar 'o'. Infelizmente a transformação é complicada e eu não sei como enunciá-la exatamente". Karmiloff - Smith (1979 : p.23).

4 - Para uma análise mais detalhada desta abordagem ver Kato (1974) e Karmiloff - Smith, (1979).

5 - Appud M. Kato, obra citada, p. 57.

6 - Com relação a esse ponto, a própria Robbins concordou que mais anáforas seriam necessárias.

Voltaremos a essa questão mais adiante com as análises de Karttunen e Fauconnier.

7 - Os 'termos particulares' de Vendler correspondem ao que Strawson chama de expressões referenciais individualizante.

- 8 - A proposta de análise de M. Kato aproxima-se dessa colocação de Vendler. A ela voltaremos mais adiante.
- 9 - Iremos observar que Halliday & Hasan propõem uma análise semelhante para o artigo definido, como gerador de coesão textual.
- 10 - O grifo é nosso.
- 11 - É provável que a autora utilize o termo 'asserção' aqui, na acepção que o tomou Leila Bárbara (1971), que propõe que "o significado asserção se manifesta sintaticamente através do morfema tempo. Ausência de tempo implica uma ausência de asserção". (M. Kato 1974: 101).
- 12 - Para maiores detalhes veja M. Kato, obra citada, pgs. 164/5).
- 13 - Contexto opaco, contexto em que não se pode substituir um termo particular por outro que lhe é correferencial, sem alterar o valor de verdade da oração em que tal construção se encontra.
- 14 - A esta análise voltaremos ainda neste capítulo.
- 15 - Para mais detalhes veja M. Lahud, obra citada, p. 102.
- 16 - Esse tipo de utilização do artigo definido é comumente chamado de utilização genérica.

17 - 'Nominals' são expressões que funcionam como nomes, correspondem sintaticamente a NPs.

CAPÍTULO 3 - CONCLUSÕES DA INVESTIGAÇÃO

"letras eu quero
é para pedir empre-
go,
agradecer favores,
escrever meu nome
completo,
O mais são as mal-
traçadas linhas".
Adélia Prado

3.0 - Revisão das várias hipóteses sobre o artigo definido

Considerando as análises apresentadas nos dois capítulos precedentes pudemos observar que os tratamentos lógico-filosóficos apresentam sérios problemas para caracterizar o artigo definido como um dos elementos das línguas naturais.

Os tratamentos lógicos, de uma maneira geral, optam conscientemente, ou se conduzem, não tão explicitamente, para um tratamento da linguagem que elimina suas marcas indiciais (ou dêiticas). Segundo Bar-Hillel (1963) a maioria dos lógicos trabalha com linguagens não indiciais, por decisão explícita ou não, e elimina, dessa forma, o papel do contexto pragmático na interpretação de sentenças que contenham elementos indiciais, ou seja, aqueles cuja referência se estabelece por uma remissão às instâncias do discurso.

Nesses casos, como tivemos a oportunidade de ver, as abordagens apresentadas para o artigo definido excluem sua relação pragmática e o apresentam sob um enfoque exclusivamente referencial. Tal enfoque, como pudemos observar através de autores como B. Hall Partee, K. Donnellan, Saussure, M. Lahud entre outros, mostrou-se

totalmente inadequado para caracterização do artigo definido, visto que esse artigo não implica necessariamente em tal vinculação referencial.

A tônica dos tratamentos lógicos está centrada, fundamentalmente, em dois pontos:

- uma visão referencial do artigo, e
- a unicidade de sua referência.

Lembramos aqui que há contra-argumentos muito fortes para essas duas posições. Um primeiro contraponto é o de que o artigo apresenta outros empregos além do referencial, mais especificamente, o atributivo, que não apresenta o vínculo da referência; e outro, o de que tal questão afeta também a suposta unicidade de referente implicada pelo artigo, uma vez que nem sempre a referência é efetivada, e nem sempre é única.

A discussão de Bar-Hillel (1963) aponta ainda uma outra questão quanto aos tratamentos lógicos, que é o fato destes negarem o tratamento de elementos indiciais da linguagem, entre eles o do artigo como tal.

Bar-Hillel reconhece a presença, nas línguas naturais, de elementos que estão vinculados pragmaticamente ao contexto de enunciação, dentre os quais estaria o artigo definido.

Essa espécie de consideração reforça que o tipo de tratamento para expressões como o artigo deve ser tal que leve em conta suas características pragmáticas.

Ressalve-se, contudo, que há autores lógicos que reconhecem a necessidade de se considerar o contexto na descrição de alguns elementos da linguagem.

Reichenbach (1947) quando trata das descrições definidas

apresenta casos em que o artigo definido aparece em situações ambíguas, que podem ser esclarecidas recorrendo-se ao contexto, a uma elocução anterior.

Assim para:

(3.1) O trem chegará às 19:00 h.

a explicitação, para esse autor, pode ser assumida na forma

(3.2) O trem de que nós falamos.

Podemos lembrar, ainda, a análise de Strawson (1971), que propõe uma distinção entre uma sentença, sua utilização, e sua elocução (da mesma forma para as expressões), fazendo uma alusão clara ao contexto pragmático de ocorrência de tais sentenças, considerado como um fator importante para a sua significação, e, consequentemente para a sua condição de verdade.

Da mesma forma que descartamos algumas abordagens lógicas, descartamos também os tratamentos lingüísticos que não dessem conta dessa natureza pragmática do artigo definido.

Os estudos lingüísticos apresentam diferentes hipóteses sobre o assunto, conforme o modelo explicativo que adotam.

Vimos que tais hipóteses podem ser:

- **meramente descritivas**: apresentação da variedade de usos do artigo e de sua distribuição.

Nessa linha estão os tratamentos das gramáticas tradicionais que nem chegam a aventar uma hipótese de explicação para tal distribuição. Como a categoria, tal como a classifica a gramática, é pequena, a listagem se torna possível. Entretanto tal procedimento está longe de ser satisfatório;

- **gerativistas**: essa linha teórica possibilita

tu, no caso específico do artigo, o aparecimento de três correntes explicativas diferentes.

a) hipótese de geração de artigo na base: o artigo é resultado de sub-categorização estrita, i.é., transformações locais.

b) o artigo é resultante de transformações de orações relativas.

c) o artigo é considerado como quantificador, e esse quantificador aparece ligado a um conjunto referencial, através de índices;

- dêiticas: optamos por essa denominação, embora nem sempre os autores assim a classificassem, por entender que os trabalhos aí inseridos tratavam o artigo definido como um elemento de natureza pragmática que "aponta" para um elemento quer da situação, quer do discurso.

Os tratamentos lingüísticos, bem como os lógico-filosóficos, já foram devidamente comentados nos próprios capítulos. Contudo, queremos lembrar aqui, que se as abordagens tradicionais não passam de meras listagens de usos, os tratamentos gerativistas muitas vezes falham em decorrência do modelo que adotam.

Em geral, para os transformacionalistas, as gramáticas têm por objetivo descrever uma sentença isolada de seus contextos, lingüísticos ou não. Essa restrição metodológica baseia-se no fato de que o falante é capaz de construir e reconhecer sentenças sintaticamente bem-formadas, sem o recurso a informações sobre contextos. (cf. Katz & Fodor, 1963).

Quando vamos descrever a atuação do artigo

definido numa sentença, numa ocorrência qualquer, observamos que ele remete a fatos fora da sentença em questão. Nesses casos, o contexto deve ser levado em conta para se obter a descrição adequada do artigo em uma gramática, e deve, portanto, ser considerado como um aspecto relevante para a descrição gramatical de um elemento sintático, e não descartado como pretenderam os transformacionalistas.

Vimos que as propostas gerativistas variam conforme o modelo teórico adotado, nesses casos a hipótese explicativa depende da validade e adequação de tal modelo.

As análises gerativistas mais rígidas falham em dar conta de elementos como o artigo, por excluírem de seu domínio informações sobre o contexto de emergência de tais elementos, que são essenciais para a sua análise, enquanto outras propostas, como a de M.Kato por exemplo, que leva em conta esse fator, apresenta um problema formal sério que é decorrente do modelo teórico adotado.

Em outras palavras, um modelo como o que a autora acima adota para dar conta de elementos indiciais, como os dêiticos e, principalmente, os anafóricos, considerando a correferencialidade como a relação aí expressa, conduz a paradoxos insolúveis na construção das EPs correspondentes.

Quanto ao terceiro tipo de abordagens linguísticas, que propusemos chamar dêiticas, também elas não são completamente satisfatórias.

Halliday e Hasan (1976), autores que se inserem nessa linha, preocupam-se apenas com um dos usos do artigo definido, o textual, endofórico, deixando de lado uma série de outros, inclusive o dêitico propriamente. É

bom lembrar que tais autores fazem a ressalva de que não estão preocupados com a questão do artigo definido, mas sim com a da coesão textual e com os elementos que a realizam, o que justifica o descarte do uso exofórico, i.é , dêitico.

Lyons (1977) é o autor que apresenta uma análise mais próxima da que achamos adequada para o artigo definido.

O autor apresenta uma abordagem "demonstrativa" do artigo definido e considera que este apresenta dois componentes, um pronominal e demonstrativo, e um adjetivizado e dêitico, porém neutro quanto ao parâmetro de proximidade e distância. Considera, ainda, a carga dêítica como mais forte e mais básica do que a anafórica, apoiado numa concepção referencial de dêixis e anáfora.

Sob essa concepção as operações dêítica e anafórica reduzem-se à mesma, em que o que muda é o grau de referência na operação e não a natureza da própria operação e não a natureza da própria operação (num caso operação de referência lingüísticamente mediada-anáfora, no outro referência direta-dêixis.), concepção que para o autor privilegia a dêixis como a operação básica e essencial.

Temos ainda no final do capítulo anterior, uma última proposta, a de M. Dalva Rosário, que é baseada na análise apresentada por Lyons, a qual endossa, e considera o artigo definido em Português como um elemento dêitico, e conseqüentemente por extensão, anafórico e referencial.

Os dois autores em questão adotam tal ponto de vista para tratar o artigo definido, vinculando-o à re-

ferência, para abranger tanto o seu uso dêitico, como anafórico. Contudo, já tivemos a oportunidade de observar reiteradas vezes, inclusive quando da abordagem de autores lógicos, que o artigo definido não apresenta obrigatoriamente o vínculo referencial.

Passemos, então, a uma observação do comportamento do artigo definido enquanto categoria gramatical, suas relações com a sua "suposta" contraparte gramatical, o indefinido; e a um estudo de usos e empregos do definido.

3.1. Um problema de indefinição ou definição da e nagramática: a relação definido x indefinido

Segundo a classificação geral da gramática tradicional, uma das classes de palavras, a do artigo, é subdividida em duas. Os artigos são tomados então, como uma classe única, e subcategorizados em definidos e indefinidos.

De uma maneira geral, como os elementos lexicais correspondentes a essa classe são reduzidos, é muito comum que as gramáticas, ao invés de explicitarem e caracterizarem tal classe segundo a sua natureza ou função, apresentem uma lista desses elementos lexicais. Esse procedimento permite ao usuário identificar com clareza um artigo ou outro sem saber ao certo que papel esses elementos desempenham na língua.

Com relação a isso podem-se observar as seguintes passagens das gramáticas:

"Dá-se o nome de ARTIGOS às palavras o (com

as variações a, os, as) e um (com as variações uma, uns , umas), que se antepõem aos substântivos para indicar:

a) que se trata de um ser claramente DEFINIDO, como nestes exemplos:(...)

b) que se trata de um simples representante de cada espécie, isto é, de um ser INDEFINIDO ou indeterminado, como nestes exemplos:(...). Celso Cunha (1978 p.144).
ou ainda:

"Hã 2 tipos de artigo:

1. definido: o (a, os, as)
2. indefinido: um (uma, uns, umas)

O primeiro se junta ao substantivo para indicar que se trata de um ser claramente determinado entre outros da mesma espécie - que o ouvinte ou o leitor já sabem quem é, pelas circunstâncias que cercam a enunciação da frase:(...)

O segundo se emprega para mencionar um ser qualquer entre outros da mesma espécie - que não individualiza, nem o ouvinte ou o leitor saberão precisar quem se ja:(...) "Rocha Lima (1976, pp.04-5).

Os artigos, definido e indefinido, entretanto,, não constituem uma classe, não apresentam para tanto, nem natureza, nem funções comuns.

Vejamos a esse respeito a classificação que alguns autores fazem dos artigos.

A. Bruneau (1944) observa a simetria formal no sistema das línguas naturais que se estabelece para a categoria-artigo, e a oposição, que aí se dá, entre o definido e indefinido.

Esse autor toma para sua análise os dois movi

mentos criadores das operações do pensamento, que são o acesso ao geral a partir do particular, e o inverso, o acesso ao particular partindo-se do geral, e acredita que as funções desses artigos nas línguas naturais se contrapõem:

"O artigo um indica o movimento pelo qual o pensamento, tomando a distância em relação ao universal, se aproxima por gradação ao singular numérico(...)

O artigo o, ao contrário simboliza o movimento pelo qual o pensamento, tomando seu ponto de partida no singular venha se distanciando e tenda, sem que desde então nenhuma limitação final possa ser-lhe atribuída, em direção à infinitude da visão universal."

A. Bruneau (1944, p. 146).

O definido está associado, para o autor, à capacidade que possui o espírito de generalizar, e o indefinido à de particularizar.

Um outro autor que aponta uma diferença nítida entre as funções desempenhadas por ambos os artigos é E. A. Llorach (1970).

O autor em questão, a propósito do estudo que faz do espanhol, analisa a tradição acadêmica que interpreta o valor e a função do artigo definido em dois sentidos - a determinação e a substantivação.

A primeira que "serve para circunscrever a extensão do nome ao qual se antepõe", considera o artigo como elemento "determinante" e obriga, como corolário, a compreender os outros elementos como indeterminados ou indefinidos, obtendo-se assim uma escala de determinação do nome de mais para menos: o livro, um livro, livro.

O autor, apoiando-se em A. Alonso, objeta que um não pode ser considerado como artigo, ainda que apareça nos mesmos contextos em que o. Muitas vezes, um comporta-se como pronome indefinido e alterna-se com outros elementos dessa categoria: um dia, certo dia; admite artigo: el uno¹; opõe-se a nenhum; é substantivável: uno ha traído esa carta; e é um apresentador e um classificador.

O artigo um, que, segundo seu estudo sobre o espanhol, funciona como um apresentador, um classificador, não está ligado morfológicamente, como signo dependente, a um nome, e pode ocorrer como núcleo de SN; enquanto o definido não pode ocorrer sozinho e depende da existência de um elemento autônomo, o nome, com o qual constitui um SN unitário dentro da oração.

Como exemplo podemos ter:

Em (3.3) José comprou o livro,
podemos ter (3.3') José o comprou.

por outro lado em:

(3.4) José comprou um livro,
pede-se omitir, em conjunto, todo o complemento

(3.4') José o comprou,
ou omitir só o sintagma livro:

(3.4'') José comprou um.

Outro é o caso de alguns tipos de "adjetivos" que unidos ao nome não admitem artigo o, mas aceitam um.

Ex.: um livro qualquer, mas não,

*o livro qualquer.

Esse tipo de SN admite a omissão do nome, quando ele é previamente conhecido, e irá resultar em um qualquer, seqüência em que um é o núcleo do SN e qualquer, o termo adjacente.

Observemos ainda os casos de: o verde, a no-
va, os recentes, nos quais o artigo atua como nominaliza-
dor do sintagma adjetivo seguinte e não se constitui co-
mo termo autônomo; e os de um verde, uma nova, uns recen-
tes em que o artigo um atua como sintagma nuclear e os
adjetivos são termos adjacentes.

Para Llorach a relação morfológica do defini-
do com o nome não é menos ligada do que a do indicador
de plural, por exemplo. Já o indefinido pertence, segun-
do ele, a um grupo de adjetivos chamados quantificadores,
que possuem uma mobilidade limitada dentro do SN.

Ex.: três flores azuis X *azuis três flores
uma manhã fria X *fria uma manhã.

Esses quantificadores podem ser de dois ti-
pos: determinados ou "numerais", e imprecisos ou "indefi-
nidos".

Para o autor contudo, o artigo definido, em
espanhol, não se opõe morfológica, funcional, nem gramati-
calmente ao indefinido, mas sim a sua própria ausência. A
esse respeito ele apresenta a seguinte consideração:

"quiero el pan - quiero pan,
entró en la casa - entro en casa,
constituem a categoria que cha-
mamos 'artigo', e na qual, segun-
do se observa, existem dois ter-
mos que se opõem: um positivo
(cujas expressões são/o, a, os,
as/ dependendo das relações sin-
tagmáticas) e outro negativo (cu-
ja expressão é/ zero/). Em termos
tradicionais: 'artigo defini-
do' e 'ausência de artigo'.
(Llorach, 1970: 167).

Todo nome, segundo o autor, pode apresentar es-
sa dupla variação entre /zero / e /artigo definido/, em

geral quando o SN funciona como 'complemento', porém menos frequentemente, quando funciona na posição de sujeito.

Quanto à presença e ausência do artigo, Llorach ressalva que em alguns casos a presença é necessária, como em:

El perro ladra X *Ladra perro

Lee el libro X *Lee libro

Miraba el paisaje X *Miraba paisaje

Entretanto a variação artigo definido - zero reaparece quando tais exemplos vão para o plural, o que leva a crer que não há condicionamento por parte das funções oracionais:

Los perros ladran X Ladran perros

Lee los libros X Lee libros

Miraba los paisajes X Miraba paisajes

Esse fato pode estar ligado à flexão de número no definido, que varia semanticamente dependendo do tipo de nome que compõe o SN em que o artigo irá ocorrer.

No caso do nome ser descontínuo (contável : Ex.: cachorro, livros, etc), o morfema plural alude a um número n de exemplares, enquanto o singular indica, não a unidade de exemplares, mas o que há de comum no conjunto desses elementos descontínuos. Com relação a esses nomes, o que o singular assinala é a indiferença com relação ao número.

Se o nome for do tipo contínuo (incontável Ex.: água, vinho, etc) o morfema singular alude à continuidade

de seu campo semântico, e o morfema de plural apresenta u ma subdivisão em zonas um pouco diferenciadas dentro des sa continuidade.

A segunda função do artigo definido, apontada pela tradição acadêmica que o autor considera, é a subs - tantivação - " o artigo se une a outras partes da oração que se usam ocasionalmente com valor de substantivos" -, à qual endossa sem ressalvas.

A esse respeito ele admite que o artigo defi - nido apresenta dois valores:

a) converte o nome classificador (de classe - nome comum - pois não identifica a realidade, mas a clas - sifica de forma diferente em relação a outras) em nome i - dentificador (nome próprio - por natureza - pois identifi - ca, sem ambigüidade possível, uma dada situação, uma rea - lidade determinada). Ex.:

roupa de criança / roupa da criança.

b) conduz à função nominal os segmentos que o - riginariamente desempenham outra função:

é de madeira / é a de madeira,

é mau / é o mau.

O que nos parece importante reter da análise proposta por Llorach é que a relação do artigo definido não é com o indefinido, mas com a própria ausência do de - finido. Essa presença ou ausência é que irá determinar o valor do definido e, ainda mais, ligá-lo pragmaticamen - te com o uso que o falante faz da língua.

"Já que o artigo não desempenha por si só uma função na oração, sua presença ou ausência depende,

ao contrário, da situação ou do contexto, em última análise de como o falante enfoca a experiência que comunica".

(Llorach, 1970; 169).

Esse autor irá afirmar, referendando A. Alonso, que a função do artigo (definido) é assinalar e existência efetiva daquilo designado pelo nome, enquanto este, isolado, sem artigo, refere-se à essência que designa (deixou filhos e mulher, frente a deixou os filhos e a mulher).

Todos os autores aqui estudados convergem para um tratamento que diferencie os artigos definido e indefinido, quanto a sua distribuição, natureza, carga semântica ou função, e que não considere um critério comum para a constituição da classe. Para esses autores não existe uma simetria formal interna na categoria, como pretende a classificação tradicional da gramática.

Cumprido lembrar ainda aqui, outros autores já referidos antes que também questionam o tratamento usual dado aos artigos, como B.H. Partee (1970), K. Donnellan (1966), G. Fauconnier (1974), J. Lyons (1977), autores esses que discutem a natureza específica e os usos particulares de cada um dos artigos.

Interessa-nos aqui, a partir dessas abordagens, estabelecer uma relação com a análise dos pronomes pessoais realizada por Benveniste (1976), no sentido de também não considerar como única a classe dos artigos.

Benveniste propõe que se considere os pronomes pessoais não como uma classe coesa, e propõe distingui-los em consequência da natureza de suas funções em relação ao discurso. Assim eu e tu são pronomes que pertencem às instâncias discursivas e ele à gramática da língua ².

A nós também, interessa-nos a não configuração de uma classe ou categoria única do artigo, posto que a função, natureza e distribuição do definido e indefinido são diferentes, ocorrendo, ao que parece, o indefinido como um elemento de constituição do discurso, e o definido como elemento de instanciação do próprio discurso.

M. Lahud (1979), a propósito do estudo de Benveniste sobre os pronomes, clama por um redimensionamento das categorias gramaticais tradicionais, senão de todas, pelo menos, necessariamente, a dos pronomes. Ao que tudo indica este é também o caso da categoria conhecida pela denominação geral de artigo.

Vamos, então, à observação dos contextos de ocorrência do artigo definido e de seu uso, em confronto com os demais determinantes.

3.2. Estudo de Casos

Iremos observar neste tópico a distribuição do definido na língua, seus diferentes usos e sua relação com os outros determinantes. Para tanto iremos agrupar os exemplos em blocos que facilitem essa observação.

Abordagem dos exemplos:

3.2.1. Quanto à distribuição

a) Definido X Indefinido

Os artigos definido e indefinido podem ocorrer distribucionalmente, aparentemente, nos mesmos contextos. Não podem apresentar a mesma distribuição em:

- I) como já foi observado por Llorach (1970) na expressão:

(3.5) Pegue um livro qualquer.

(3.5') Pegue um qualquer.

(3.6) *Pegue o livro qualquer.

(3.6') *Pegue o qualquer.

e II) nos casos:

(3.7) Um menino esteve aqui ontem. Um menino trouxe os livros que você pediu.

Esse emprego só é possível se as ocorrências de 'menino' se referirem a indivíduos diferentes, e nesse caso a construção mais comum é a coordenação:

(3.7') Um menino esteve aqui ontem e um menino trouxe os livros que você pediu.

ou

(3.7'') Um menino esteve aqui ontem e um trouxe os livros que você pediu.

Nesse caso o que ocorre é uma questão que coloca em jogo noções como tema e rema, ou seja, o que é importante na segunda oração é a informação nova, tema, e os termos conhecidos ou redundantes, rema, podem ser suprimidos. Esse uso corresponde também a uma das características do indefinido, já apontada por Llorach, que é a sua possibilidade de ocorrer como elemento nuclear do sintagma, característica que o distingue do definido, que não a possui.

Contudo, se no caso do enunciado (3.7) se pretende falar do mesmo menino, quando da segunda ocorrência do SN: um menino, então tal SN pede o determinante definido, ou outros determinantes demonstrativos.

(3.8) Um menino esteve aqui ontem. O menino

trouxe os livros que você pediu.

ou

(3.8') Um menino esteve aqui ontem e o meni -
no trouxe os livros que você pediu.

Existe, no caso de enunciados do tipo (3.7), uma regra de dependência quanto ao uso do determinante na segunda ocorrência do SN. O definido é obrigatório, como em (3.8), caso haja correferencialidade e menção prévia do nome sobre o qual já operou o indefinido. A gramática tradicional, quando do tratamento dos artigos, não prevê essa relação necessária.

b) Artigo Definido X Demais Determinantes

Também com relação aos outros determinantes - pronomes possessivos, pronomes demonstrativos, pronomes indefinidos, numerais, artigo indefinido - o artigo definido partilha distribucionalmente os mesmos contextos, a posição anterior ao modificador do nome:- N³.

Ex.:

(3.9) Uma boa mesa custa caro

A
Essa
Aquela
Toda
Cada
Duas
Sua

As diferenças distribucionais irão aparecer quanto a co-ocorrências de determinantes. Entre os determinantes não há possibilidade de co-ocorrência de elementos

integrantes da mesma categoria. Existe uma seleção paradigmática de um elemento apenas da categoria escolhida. A possibilidade combinatória pode se dar entre os elementos de várias categorias.

Ex.: *Def.+ indef. + N

*Dem.+ Dem. + N

Observemos, então, os seguintes enunciados:

(3.10) Um desses meninos chegou tarde.

(3.11) *O desses meninos chegou tarde.

Nos casos acima a explicação pode ser dada exatamente pelo fato do indefinido poder funcionar como núcleo do SN (substituindo-o integralmente) e o definido não. O enunciado (3.10) poderia ser parafraseado por:

(3.10') Um menino desses que estão aí, chegou tarde.

Caso semelhante a (3.7'') em que o nome já mencionado, rema, pode ser suprimido ⁴.

Tal paráfrase, contudo, não é admissível para (3.11)

(3.11') *O menino desses que está aí chegou tarde.

Vejamos os exemplos seguintes:

(3.12)

Todos esses
Dois desses
Esses dois

 meninos chegaram tarde.

e ainda informalmente, na oralidade, podemos ter:

A - Ponho qual vestido?

B - Ponha aquele um que eu falei

ou simplesmente,

B - Ponha aquele um

mas não;

B*- Ponha aquele o que eu falei

Vejamos agora o seguinte par:

(3.13) Todo homem pode fazer isso.

(3.14) Um homem pode fazer isso.

(3.13) e (3.14) podem ser tomadas como frases sinônimas, em que tanto todo como um funcionam como quantificadores universais.

Entretanto no conjunto abaixo:

(3. 15) Todos esses meninos vieram hoje.

(3. 16) Todos os meninos vieram hoje.

(3. 17)*Todos uns meninos vieram hoje.

O artigo definido pode ocorrer com todos e em distribuição complementar com os demonstrativos, mas não em relação ao indefinido, que é vetado nesse caso⁵.

Podemos ainda observar a distribuição com o vocábulo cada no conjunto(3. 18).

(3.) (18a) Cada duas pessoas devem formar um grupo.

(3.) (18b) Cada um deve preservar a natureza.

(3.) (18c) Cada qual deve preservar a natureza.

(3.) (18d) Cada pessoa deve preservar a natureza.

(3.) (18e) Cada pessoa dessas deve preservar a natureza.

(3.) (18f) Cada uma dessas pessoas deve preser

var a natureza.

(3.) (18g) *Cada dessas pessoas deve preservar a natureza.

(3.) (18h) *Cada essa pessoa deve preservar a natureza.

(3.) (18i) *Cada a pessoa deve preservar a natureza.

Nesse grupo de exemplos o vocábulo cada não admite co-ocorrência com os demonstrativos, nem com o definido.

O artigo definido está em distribuição complementar com outros demonstrativos, como se pode verificar tanto pelos seus contextos de ocorrência, quanto pelas suas restrições de ocorrência.

A impossibilidade de co-ocorrer com elementos da categoria dos demonstrativos e da própria restrição de co-ocorrência dos demonstrativos, parece reforçar a hipótese de que o artigo definido apresenta uma marca dêitica/demonstrativa muito forte. Essa relação distribucional do artigo definido com os demonstrativos pode ter uma justificativa diacrônica, uma vez que ele é, historicamente, fruto ao demonstrativo latino: illu, illa ⁶.

3.2.2. Quanto à gradação de especificação.

A especificação, em um enunciado, pode ser dada de diversas maneiras, através de marcas no verbo, através de delimitação no SN pelo uso de epítetos ou de expressões que funcionem como tal, e com o auxílio de determinantes, dentre eles o artigo definido.

a) Ausência de especificação no SN e no verbo:

(3.19) \emptyset mesa quebra.

No caso desse enunciado não há especificação no nome, nem no verbo que aparece na forma não marcada, quer quanto ao tempo, quer quanto à pessoa. A leitura nesse caso atesta apenas uma compatibilidade de ocorrência entre os dois termos envolvidos no enunciado - o nome "mesa" e o verbo "quebra".

Já o endo (3.20):

(3.20)* Mesa quebrou.

que apresenta especificação no verbo, não é aceitável sem especificação no nome. A especificação no verbo pode ocorrer numa construção genérica como:

(3.20) Mesa já quebrou (hoje não quebra mais).

Comparemos entretanto (3.21) e (3.22):

(3.21) A mesa quebra.

(3.22) A mesa quebrou.

Nesses casos o que podemos observar é que se o verbo não apresentar marcas quanto à especificação, a leitura do artigo no SN será generalizante (genérica), enquanto a especificação do verbo conduz a uma leitura individualizante para o SN.

b) Especificação X não-especificação no nome.

b.1.) artigo definido X \emptyset .

Consideremos agora, não a oposição entre a presença ou ausência de especificação no verbo, mas sim no SN. Vimos que a presença de marca no verbo 3.20, obriga à determinação no nome. Tomemos então a oposição ausência /

presença de especificação no nome com a forma verbal não marcada, neutra.

Observemos a relação entre (3.19) e (3.21) e

(3.23) Uma mesa quebra

ou entre

(3.24) O homem morre.

(3.25) \emptyset homem morre.

No caso dos pares (3.19)/(3.21) e (3.24)/(3.25) temos uma leitura genérica atribuída para todos os enunciados, contudo, todos os falantes consultados apontam uma nuance de significação quando o SN apresenta artigo definido e quando não apresenta⁷.

A posição em que esse SN ocorre na oração ora reforça a nuance de significação dada pela oposição presença/ausência de definido, ora atenua. A diferença é mais tênue quando o SN funciona como sujeito, mas se intensifica nas demais funções/posições.

Passemos aos enunciados seguintes:

(3. 26) Isto é cheiro de maconha.

(3. 27) Isto é cheito da maconha.

(3. 28) Maria gosta de criança.

(3. 29) Maria gosta da criança.

(3. 30) Pedro vende carro.

(3. 31) Pedro vende o carro.

Nos exemplos 3.(26) a 3.(31), os enunciados (3. 26), (3. 28) e (3. 30), cujos SNs não apresentam artigo definido, conduzem a uma interpretação genérica do nome; nos exemplos ímpares, em que há artigo definido, a interpretação se modifica, havendo aí uma leitura individualizante para o

SN.

No caso do par (3.26)/(3.27), em (3.26) pode-se estar falando de um cheiro que se assemelha ao da maconha, sem que haja a necessidade da presença desta para a liberação do cheiro, pode haver algo no local que cheire como maconha; o segundo enunciado do par, no entanto, obriga a interpretação de que o cheiro é da maconha que se encontra em algum lugar próximo, de onde exala o odor.

O enunciado (3.27) obriga a uma leitura extensional do SN, enquanto que o (3.26) não.

Como já dissemos anteriormente não é em qualquer posição do SN que essa distinção, gerada pela presença ou ausência do definido, é tão clara. A posição de sujeito é a que mais neutraliza tal oposição, também porque eliminamos qualquer outro tipo de especificação do enunciado, e aí a interpretação generalizante predomina. Mas, mesmo nesses casos, uma variação semântica é apontada pelo falante, e parece corresponder exatamente a um vínculo extensional implicado pelo uso do definido, e na supressão desse vínculo pela ausência do artigo.

A oposição presença/ausência do artigo já foi abordada no item 3.1. deste capítulo a propósito do tratamento de Llorach (1970) para o espanhol. Concordamos com o autor quando propõe que o artigo definido se opõe à sua ausência, e não ao indefinido, numa relação entre propriedades intensionais e extensionais, e não enquanto uma relação de definição/indefinição.

Essa vinculação extensional do artigo definido, mesmo quando a ocorrência é genérica, deve-se à natureza dêitica, pragmática, do artigo definido. Essa remissão às instâncias discursivas não tem a mesma caracteristi

ca de outros elementos dêiticos, ou até mesmo dos demonstrativos, com os quais parece estar em distribuição complementar. Os demonstrativos estabelecem uma relação com os elementos da situação que permite identificá-los através do parâmetro da proximidade. O artigo definido, ao contrário, é neutro quanto a parâmetros de identificação, isso, entretanto, não quer dizer que ele não expresse nada⁸. Ele expressa uma relação precisa entre o enunciado e o contexto, o que permite a identificação clara do elemento referido por parte do interlocutor, a identificação não é um ato lingüístico, vai-se dar fora da linguagem, na situação.

Observemos ainda um par de exemplos que opõe a intensionalidade e extensionalidade, pela ausência e presença de artigo definido no SN, respectivamente:

(3.32) Menino largue essa faca. Faca não é brinquedo de criança.

(3.33) Menino largue essa faca. A faca não é brinquedo de criança.

Faca em (3.32) é uma ocorrência intensional, ou seja, compreende a propriedade que está em questão e não remete a um objeto específico. Em (3.33), a faca é uma ocorrência extensional porque remete a qualquer objeto que contenha a propriedade mencionada. Ambos os exemplos constituem usos generalizantes do SN, mas não apresentam a mesma significação.

Há nesses casos, ainda uma construção peculiar com o distributivo todo, em que a presença ou ausência do artigo definido não pode ser encarada indiferentemente.

Vejamos:

(3.34) Chove todo dia.

(3.35) Chove todo o dia.

(3.36) Todo homem faz isso.

(3.37) (?) Todo o homem faz isso.

(3.38) Todo conselho editorial julga trabalhos.

(3.39) Todo o conselho editorial julga trabalhos.

(3.40) Toda fruta é nutritiva.

(4.41) Toda a fruta é nutritiva.

Nos pares de exemplos (3.34)/(3.35) e (3.40)/(3.41) os endos pares (construção sem artigo) cobrem uma enumeração de todos os indivíduos que pertencem à classe identificada pelo conceito em questão, já nos ímpares, a construção com artigo refere-se à unidade de um indivíduo qualquer que pertence à classe designada pelo conceito.

Dessa maneira um endo como (3.41) poderia ocorrer na seguinte situação:

A - E no caju? Só a castanha tem vitaminas ?

B - Não! Toda a fruta é nutritiva.

Quanto aos demais exemplos: (3.36) é um endo que é aceitável pelos falantes, ao passo que (3.37) não, e (3.36) apresenta a mesma característica distributiva de (3.34) e (3.40), de correspondência a todos os elementos incluídos na classe. Tal operação corresponde ao que Cullioli, Fuchs e Pêcheux 1970 chamam de operação de percurso⁹.

Quanto a (3.37) que é uma construção estranha, e até incomum, deve-se provavelmente ao fato de o nome que está sendo modificado, homem, não apresentar semanticamente uma subdivisão em partes como é o caso de dia, fruta e conselho editorial.

Um par desse grupo de exemplos, (3.38)/(3.39), não apresenta exatamente a mesma relação dos demais. Em (3.38) o que se afirma é a atribuição geral de qualquer conselho editorial, em (3.39), ao contrário, afirma-se que a totalidade dos elementos que compõem o conselho, a unidade, desempenha uma atividade determinada, o artigo definido aí indica a unidade do conceito através da soma-tória de suas partes. O que muda de (3.38) para (3.39) é o foco do enunciado.

No caso de nomes que apresentam essa característica, o uso da expressão com artigo permite a caracterização da unidade através de um vínculo extensional, numa interpretação que não ocorre quando o artigo não aparece.

Observemos ainda um par de exemplos, (3.42) e (3.43):

(3.42) O comportamento de intelectual de esquerda de João é irritante.

(3.43) O comportamento do intelectual de esquerda de João é irritante.

Também nesse par observa-se a oposição presença/ausência do definido quanto à determinação do nome 'intelectual', e também nesse caso a interpretação que se faz quando há artigo e quando não há, é diferente. O primeiro enunciado desse par apresenta duas leituras possíveis, e numa delas pode-se entender que João não é um in

telectual de esquerda; apenas age como tal, não há aí vínculo extensional implicado pelo uso da expressão. Já no segundo enunciado do par só a interpretação extensional é possível, João é um intelectual de esquerda.

A conclusão a que se pode chegar é que as expressões que ocorrem sem artigo definido, -ØN-, atestam apenas a compatibilidade de predicação entre uma certa propriedade e um conceito determinado, ao passo que as expressões introduzidas por artigo definido atualizam um enunciado lingüístico, isto é, instanciam pragmaticamente o enunciado em questão, fazendo uma menção clara aos elementos que constituem a classe do conceito referido, a sua extensão.

b.2.) Especificação de singular e plural.

O número, enquanto flexão nominal, não corresponde diretamente à sua designação singular/ plural, como podemos notar em (3.21) e (3.44) abaixo, em que ambos os endos são genéricos.

(3.21) A mesa quebra.

(3.44) As mesas quebram.

Com relação ao número podemos verificar, respaldados em Llorach (70), que os nomes contínuos e descontínuos comportam-se diferentemente.

No caso de nomes descontínuos o plural sempre corresponde a uma enumeração. Observe-se (3.21) (3.44) ou ainda,

(3.45) O menino caiu.

(3.46) Os meninos caíram.

(3.45) apresenta um uso individualizante do

SN definido (3.46) que corresponde ao seu plural sintático, corresponde a uma enumeração de elementos que compõem um conjunto.

(3.44) que é o plural sintático de (3.21) apresenta o mesmo caráter genérico deste, e é obtido também através de enumeração dos indivíduos da classe.

Nos nomes descontínuos o plural marca uma enumeração dos elementos que preenchem determinada classe.

No caso de nomes contínuos o singular não individualiza mas abrange todo o conceito, é portanto genérico, o uso do plural é que irá distinguir variações aí dentro.

Vejam os:

(3.47) O mar está poluído (= genérico)

(3.48) Os mares estão poluídos. (= geral, são todos, mas identifica partes dentro do todo, cada um).

(3.49) A água ferve a 100°C (= genérico).

(3.50) *As águas fervem a 100°C.

(3.51) As águas dos rios correm para o mar.

Uma vez que o singular dos nomes contínuos já especifica a unidade e o seu conceito universalizante, o plural nesses casos geralmente força a uma especificação através de epíteto, ou de algo que funcione como tal, na medida em que irá subdividir esse conceito geral em elementos de composição dessa unidade.

b.3.) Artigo Definido X Artigo Indefinido.

Retomemos os exemplos (3.21) e (3.23)

(3.21) A mesa quebra.

e, (3.23) Uma mesa quebra.

No caso de ausência de especificação verbal o definido e o indefinido podem ser ambos utilizados genericamente. Entretanto, quando há especificação verbal como em:

(3.22) A mesa quebrou.

e, (3.52) Uma mesa quebrou.

É que a interpretação do SN definido ou indefinido será claramente distinta. Em (3.22) podemos ter uma interpretação referencial individualizante, dependendo do contexto de ocorrência desse enunciado, e em (3.52) essa interpretação não pode ser feita.

Aqui podemos lembrar a hipótese de Culliolli, Fuchs e Pêcheux (70) de que o artigo indefinido extrai um elemento qualquer de um conjunto que apresenta determinada propriedade, e que o definido aponta, flecha esse indivíduo já isolado. Há evidentemente uma distinção clara entre ambos nos casos dos enunciados do tipo de (3.22) e (3.52).

É necessário lembrar, contudo, que o indefinido também pode apresentar um uso específico como nos casos dos enunciados (1.4) (1.5) e (1.6) que aqui reproduzimos por questão de comodidade:

(1.4) Um homem morreu na cruz para nos salvar.

(1.5) Uma mulher conquista a Academia Brasileira de Letras.

(1.6) Um brasileiro na final de nado medley em Los Angeles.

A especificidade não parece ser atributo do artigo definido, ou de um determinante em particular, mas é garantida por outras marcas do enunciado.

A diferença entre o artigo definido e o indefinido não é dada pela definição ou maior especificidade de um em relação ao outro, mas sim pelo caráter pragmático que o definido apresenta e o indefinido não. O indefinido é um elemento de constituição da linguagem e o definido de instanciação dela.

3.2.3. - Diferentes usos do artigo definido.

O artigo definido pode ocorrer em expressões que podem ser caracterizadas como referenciais individualizantes, anafóricas, atributivas, genéricas e puramente dêiticas.

Iremos observar neste item alguns exemplos de cada tipo.

No caso de enunciados que apresentam expressões numa utilização referencial individualizante podemos observar os que se seguem:

(3.53) O diretor dos filmes "Cenas de um casamento" e "Face a Face" já pode voltar para a Suécia.

(3.54) O pai de José está muito doente.

(3.55) Morre o papa.

(3.56) O Sena está poluído.

(3.57) Fechado o Congresso.

(3.58) O carro que te mostrei já foi vendido.

(3.59) A - Seu filho está aí.

B - Deixe o menino entrar.

(3.60) O seu livro caiu.

Pode-se fazer uma utilização referencial individualizante de expressões introduzidas por artigo defini

do , garantida por uma forma de identificação inequívoca dessa expressão. Essa garantia pode ser dada pelo contexto discursivo, lingüístico, anterior ou posterior-anáfora ou catáfora- como em (3.59) e (3.58), respectivamente.

A individualização também pode ser feita levando-se em conta a situação extra-lingüística, a indicação situacional, como (3.60), que apresenta um uso dêitico.

Há ainda outro tipo de garantias de individualização que são culturais, tais como (3.55), pois só há um papa.

Observemos alguns usos tipicamente genéricos:

(3.61) O homem moderno é escravo da máquina.

(3.62) A abelha é dotada de antenas e ferrão.

(3.63) O morador dos grandes centros urbanos está morrendo vítima da poluição.

(3.64) O peixe vive no mar.

(3.65) O homem viveu muitos anos em cavernas.
e comparemo-los com (3.66)

(3.66) O ganhador da loteria é um felizardo.

Geralmente frases como (3.66) são ambíguas , podem ter tanto a leitura generalizante, como uma interpretação atributiva.

Parafraseando (3.66) podemos ter:

(3.66 a) Qualquer que seja x, se x ganha na loteria, x é um felizardo. (genérico).

(3.66 b) X ganhou na loteria, x é um felizardo (não importa quem x seja). (atributivo).

Vejamos outros casos de uso atributivo de expressões com artigo definido:

(3.67) O vencedor do torneio ficará com a taça e um prêmio em dinheiro. (PP. situacional: todo torneio tem um vencedor).

(3.68) O professor que vier deverá integrar a comissão da Biblioteca. (identificação catafórica: - que vier).

(3.69) Quero que o aluno que fez isso se apresente ao diretor. (identificação catafórica: - que fez isso).

(3.67), (3.68) e (3.69) não constituem usos referenciais de expressões com artigo, mas permitem o uso do definido porque há outras marcas no enunciado que especificam a expressão.

Quanto ao anafórico pode-se encontrar um uso anafórico com definido que seja referencial como (3.59) ou não, como o exemplo abaixo:

(3.70) Um menino qualquer desses que estão na praça pode levar esse livro pra você. O menino certamente exigirá uma gorjeta.

Nesse caso não há correferencialidade, ou pelo menos, fica difícil falar nela.

Temos ainda, para fechar o quadro, os usos exclusivamente dêiticos do definido.

(3.71) Espere um pouco, a moça vai trazer o café. (a que sempre traz e nós sabemos quem é).

(3.72) O homem foi atropelado. (Esse homem aí)

(3.73) Você pergunta enquanto a gente fecha o livro). (cada um fecha o seu).

(3.74) O escândalo da Vale (manchete- Veja

19/03/80- todos sabem qual é o escândalo, e que é da Cia Vale do Rio Doce).

O que podemos depreender desses exemplos é que o que determina esta ou aquela interpretação para uma expressão iniciada por artigo definido, não é uma especificação própria do artigo, mas sim um conjunto de circunstâncias, lingüísticas ou não, que permitem esta ou aquela interpretação.

3.3 - A função do artigo no discurso: o o por fim

A partir das hipóteses explicativas aventadas para o artigo definido, e dos exemplos apresentados neste capítulo, pôde-se verificar que:

a) não há função, nem natureza comuns que permitam considerar os artigos definido e indefinido como elementos da mesma categoria.

b) há uma diversidade de usos para o artigo definido e seria interessante encontrar um critério comum que os agrupasse e que caracterizasse tal artigo.

Dessa forma, pretendemos tratar o artigo como um elemento dêitico cuja função específica se constrói no interior do compromisso pragmático entre os interlocutores do discurso. O artigo definido, para nós, segundo esse ponto de vista, remete a um compromisso pragmático que tende à identificação de um referente através de um vínculo dos interlocutores com a enunciação.

Essa característica indicial do artigo será neutralizada ou reforçada por outras marcas lingüísticas

do enunciado.

Nossa proposta de tratamento dêitico para o artigo definido, se quisermos seguir a classificação de M. Lahud (1979), insere-se na relação das dêixis com a enunciação, a terceira das linhas teóricas apontadas pelo autor.

Adotando essa perspectiva teórica estaremos nos distanciando do ponto de vista referencial porque como já tivemos a oportunidade de verificar através de exemplos, o definido não apresenta necessariamente tal vínculo.

Não se pode falar em referência apontada pelo artigo definido, quanto mais em unicidade de referência como gostariam alguns autores. A expressão introduzida por artigo definido não remete a um referente, ainda que pragmaticamente, o que não impede que o artigo possa ser usado com sucesso.

Como considerar a relação dêixis/anáfora sob esse ponto de vista? Como tratar as diferentes possibilidades de emprego do artigo definido? Nesse caso, não estaríamos distinguindo os vários usos do artigo definido e oferecendo uma proposta de análise apenas para parte dessa classe?

Como pudemos verificar na resenha do trabalho de M. Lahud (1979) a relação dêixis/anáfora é neutralizada sob a concepção referencial, que considera que há nesses casos uma variação do grau da função e não de sua natureza. Assim, se os dêiticos são concebidos como indicadores referenciais, atribui-se a mesma função aos anafóricos - num caso é a situação extralingüística que determina o referente do indicador, no outro é o contexto lin -

guístico (contexto e co-texto) respectivamente). Sua função genérica é a designação de um indivíduo.

A concepção da dêixis do ponto de vista da linha da enunciação estabelece uma relação entre o enunciado e o sujeito que o enuncia, e o que diferencia a dêixis da anáfora é a natureza diferente de cada operação.

Um autor bastante identificado com a tendência enunciatória, senão o seu mentor, é Benveniste. Para ele, o estatuto lingüístico dos elementos dêíticos na linguagem é variável. Para outros autores, como C. Franchi, por exemplo, esse estatuto deve ser mais permanente. Segundo C. Franchi (1971:44) "A aproximação ao discurso a partir dos elementos dêíticos, parece uma técnica adequada de questionamento dos índices do discurso. Ela se aproxima da orientação de muitas pesquisas que tomam esses elementos como reveladores rentáveis das relações entre a língua e o discurso, entre os enunciado e a enunciação, entre a língua, enquanto sistema, e a conversão de língua em discurso num contexto e numa situação dada".

Em Benveniste tais elementos só existem como signos "criados" pela enunciação, no discurso e para o discurso, e com relação ao "aqui-agora" do locutor. Para Franchi (1971:46) "os dêíticos devem assinalar precisamente qual é o valor funcional que as unidades "indicadas" devem assumir na nova frase produzida. E eles constituem um sub-sistema na língua (francês e português) governado por regras "formais" mais fortes. Seja porque a língua os organiza numa espécie de declinação, com traços morfológicos dsitintivos, seja porque a língua lhes atribua uma ordem

estritamente determinada, as frases formadas por esses elementos anafóricos são menos suscetíveis de ambigüidade sintática". Para ele o fenômeno da dêixis e da anáfora es tã diretamente ligado às condições de produção do discurso.

A esse respeito o autor afirma adotar a análi se e a formalização de Pêcheux (1968) em que este último assinala que "as condições de produção de uma seqüência de discurso funciona como um princípio de seleção sobre o sistema lingüístico, determinando um sub-sistema de relações que representa a "matriz desse discurso". A produção de um discurso induz uma transformação nas condições de produção de um discurso que o segue (ou que antecipa a sua produção)".

Franchi postula então que "um discurso Dj con di ci o na um discurso Di, determinando sobre Di certas modi fi ca ç õ e s:
 ficações:

$Dj \longrightarrow Di$ onde: Dj é anterior a Di".

Essa sobredeterminação, ainda segundo o autor, não se verifica apenas para a seleção induzida de um certo conjunto de invariantes semânticos e retóricos (in va ri an tes no processo colocado em jogo). Ela ainda tem conseqüências sintáticas. É o caso da anáfora, con di ci o na da por ocorrência anterior dos elementos lexicais aos quais os anafóricos associam o segundo enunciado.

Levando-se em conta a concepção de C. Franchi em que um discurso lingüístico que determina os processos anafóricos deve estar incluído nas condições de produção do próximo discurso, pode-se chegar à conclusão de que dêixis não é diferente de anáfora, identificam-se como um mesmo processo.

Pode-se optar então por uma linha teórica pragmática para explicar a natureza e funcionamento do artigo definido e considerar os vários usos como concernentes à mesma função básica-a dêitica- considerando que também o discurso lingüístico passa a fazer parte do contexto, i. é, das condições de produção do discurso seguinte. A operação de indicição da expressão contendo artigo definido aponta quer para o contexto, quer para o co-texto.

Daí a razão da nossa proposta para o tratamento do artigo definido falar em natureza dêitica do artigo e considerá-la como a marca fundamental.

Esse traço é que irá caracterizar o definido e distingui-lo dos demais determinantes, e é o reconhecimento de tal traço que permite aos interlocutores a identificação do referente de uma tal expressão. E essa característica pragmática do definido é ora reforçada, por outras marcas da enunciação no enunciado, como instanciação verbal, adverbial, etc, ora neutralizada pela ausência dessas marcas.

A variedade de usos das expressões contendo definido, de genérica a referencial, deve-se exatamente à ocorrência do artigo definido com outras marcas pragmáticas no enunciado. A variedade de usos do artigo definido é resultado, portanto, da associação dessas marcas pragmáticas do enunciado e não é inerente à natureza do artigo definido.

Portanto, um modelo teórico que não leve em conta a pragmaticidade da linguagem, os seus contextos de utilização, não pode tratar adequadamente elementos como o definido e outros que apresentam essa marca característica.

Das várias designações que Guimarães Rosa usa para nomear o Diabo em Grande Sertão:Veredas, muitas vezes aparece o Cujo, que além de pronome relativo é um elemento anafórico que identifica o referente no interior da narração.

Assim, uma das vezes aparece o O para designar o demônio, o que parece corroborar o caráter dêitico do artigo definido, que é o que permite que ele seja usado com essa intenção.

"Que dessa — chefe eu — o O não me pílhava".

J.G.Rosa.

NOTAS DO CAPÍTULO 3

- 1 - Alguns exemplos, referentes à análise de E. Llorach, foram mantidos no espanhol, como no texto original, por fidelidade de emprego. Sua respectiva tradução para o Português nem sempre apresenta as mesmas características.
- 2 - Para maiores detalhes sobre essa questão veja-se Benveniste, E. (1976) - "Estrutura das relações de pessoa no verbo"
"A natureza dos pronomes".
- 3 - A distribuição interna do SN e/ou os contextos de ocorrência dos determinantes valem para qualquer posição sintática em que tais SNs possam aparecer.
- 4 - O SN completo, contendo o nome, deve ser a primeira ocorrência, na medida em que é o que apresenta a formação nova, o tema.
- 5 - A análise de todos (é as vezes de um, enquanto quantificador) requer mais cuidado visto que implica questões de quantificação e envolve problemas de escopo relativo a tais elementos. Tal particularidade afeta evidentemente as relações sintáticas e semânticas dos elementos aí envolvidos. Contudo, queremos observar aqui somente o emprego puramente distributivo dos determinantes.

6 - "A origem do artigo definido em Português do demonstrativo latino illu, illa pode ser comprovada pela conservação do l nas várias línguas românicas: fr. le , la; prov. lo, la; cast. el, lo, la; it. il, lo, la , inclusive na forma arcaica do Português".

Coutinho (1969, p.
251)

7 - Fizemos o teste, informalmente, com vários falantes nativos de língua portuguesa, usando somente sentenças que apresentassem a mesma estrutura sintática de (3.19.) e (3.21.), sem nenhuma outra especificação, quer no nome quer no verbo, porque nos interessava verificar se havia alguma mudança semântica introduzida pelo artigo definido.

8 - Para uma visão mais detalhada dessa questão ver Lyons (1977). pag. 637 e seguintes.

9 - Para uma discussão mais aprofundada dessa questão ver Cullioli, Fuchs e Pêcheux, 1970

BIBLIOGRAFIA

- BAKER, C.L. (1966) - Definiteness and Indefiniteness in English, M.A. Thesis. University of Illinois.
- BAR-HILLEL, Y. (1963) - "Expressões Indiciais" em M. Dascal, org. 1982. Fundamentos Metodológicos da Linguística. vol. Iv. Pragmática. Campinas, ed. pelo organizador.
- BENVENISTE, E. (1976) - Problemas de Linguística Geral. São Paulo. Edt. Nacional, EDUSP.
- BIERWISCH, Manfred (1970) - "On classifying semantic features". em D.D. Steinberg e L. A. Jakobovits, eds., 1971. Semantics. Cambridge, University Press.
- BRUNEAU, A. (1944) - "Particularisation et Generalisation dans le systeme des Articles Français", em G. Guillaume 1964. Langage et Science du Langage. Paris, Libraire A.G. Nizet e Québec, Presses de L'Universite Laval.
- BÜHLER, K. (1950) - Teoria del language. Madrid, Revista de Occidente S.A.
- CHOMSKY, N. (1975) - Aspectos da teoria da sintaxe. Coimbra, Armênio Amado Editor.
- COUTINHO, I. de L. (1969) - Gramática Histórica. Rio de Janeiro, Livr. Acadêmica.

- CULLIOLI, A., C. FUCHS e M. PÊCHEUX (1970) - "Considérations théoriques à propos du traitement formel du langage." Documents de linguistique quantitative 7. Centre de Linguistique Quantitative de la Faculté des Sciences de L'Université de Paris.
- CUNHA, C. (1978) - Gramática do Português Contemporâneo. Belo Horizonte, Edit. Bernardo Álvares S.A., 7ª ed.
- DONNELLAN, K. (1966). "Reference and definite descriptions". em D.D. Steinberg e L. A. Jakobovits, (1971) Semantics. Cambridge, University Press.
- DUCROT, O. (1977) - Princípios de semântica lingüística (Dizer e não dizer). São Paulo, Ed. Cultrix.
- FAUCONNIER, G. (1974) - La coréférence: Syntaxe ou Sémantique? Paris, Ed. du Seuil.
- FRANCHI, C. (1971) - Hypothèses pour une recherche en syntaxe. Dissertação de Mestrado. D.E.S. de Linguistique Française. Université de Provence.
- FREGE, G. (1892) "Sobre sentido e significado". Tradução de L.H. Lopes dos Santos. Cópia mimeografada para uso dos alunos da pós-graduação em Lingüística - UNICAMP em 1976.
- GRICE, H.P. (1967) - "Lógica e Conversação" em Marcelo Dascal, org. Fundamentos metodológicos da Lingüística. vol. IV. Pragmática. pag. 81-103. Campinas.

- HALLIDAY, M.A.K. e R. HASAN, (1976) - Cohesion in English.
London, Longman Group Ltd.
- JACKENDOFF, R. (1971). "Review of B.L. Robbins. The
Definitive Article in English Transformations" .
Foundations of Language 7 - 138-142.
- KAPLAN, D. (1970). "O que é a Teoria das Descrições de
Russell?" em A. Bonomi , 1973. La Struttura
Logica del Linguaggio. Milano, Ed. Valentino
Bompiani.
- KARMILOFF-Smith, A. (1979) - A functional approach to
child language. A study of determiners and
reference. Cambridge, Cambridge University
Press.
- KARTTUNEN, L. (1969) - "Pronombres y variables" em V.
Sánchez de Zavalla, 1976. Semántica y sintaxis
in la lingüística transformatoria 12: Madrid,
Alianza Editorial S.A.
- KATO, M.A. (1974). A semântica gerativa e o artigo defini-
do. São Paulo, Ática.
- KATZ, J.K. e J.A. FODOR. (1963) - "The structure of a
Semantic Theory" in J.A. Fodor e J.J. Katz, 1964.
The Structure of Language. N. Jersey, Prentice -
Hall, Inc.
- KEMPSON, R. (1975). Presupposition and the Delimitation of
Semantics. Cambridge, University Press.

- KIPARSKY, C. e P. KIPARSKI . (1968) - "Hechos" em V. Sánchez de Zavala, 1976. Semántica y sintaxis en la lingüística transformatoria 12. Madrid, Alianza Editorial S.A.
- LAHUD, M. (1979) - A propósito da noção de dêixis. São Paulo, Ed. Ática.
- LIMA, C. H. da Rocha. (1979) - Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 20.^a ed. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio Edit.
- LLORACH, E. A. (1970) - Estudios de Gramática Funcional del Español. Madrid, Editorial Gredos, S.A.
- LYONS, J. (1977) - Semantics. vols. 1 e 2. Cambridge. Cambridge University Press.
- MCCAWLEY, J. (1970). "Where do noun phrases come from?" in D.D. Steinberg e L.A. Jakobovits 1971. Semantics. Cambridge University Press, London, N. York.
- PARTEE, B.H. (1970) - "Opacidade, correferência e pronomes" em V. Sánchez de Zavala, 1976. Semántica y sintaxis en la lingüística transformatoria 12. Madrid, Alianza Edit. S.A.
- QUINE, W. v. O. (1960) - Word and Object. Cambridge, Massachusetts, the MIT Press.

- REICHENBACH, H. (1947) - Elements of Symbolic Logic. N. York, The Free Press/London, Collier-MacMillan Limited § 47 - Descriptions
§ 54 - Descriptive Functions
- ROBBINS, B.L. (1968) - The definite article in English transformations. Holanda. Mouton & Co. N.V. The Hague.
- ROSÁRIO, M.D. (1981). O valor dêitico do artigo definido em Português. Dissertação de Mestrado, Depto de Letras e Artes. PUC. Rio de Janeiro, inédito.
- RUSSELL, B. (1950) - "Da Denotação" em Os Pensadores - XL II - 1974. São Paulo. Edit. Abril Cultural S.A.
- SOARES BARBOSA, J. (1871) - Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 5.^a ed.
- STRAWSON, P. F. (1971) . "On referring" em Os Pensadores - L II. 1975. São Paulo, Edit. Abril Cultural S.A.
- VENDLER, Z. (1967) - "Singular Terms" em D.D. Steinberg & L.A. Jakobovits, eds. 1975. Semantics. Cambridge, University Press.